



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

A Escuta de Crianças e Adolescentes Acolhidas em Campos dos Goytacazes

Orientador: Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Bolsista: Caroliny Carlos Rodrigues

Equipe: Pyllar Boordot Souza Sant'Ana e Shakira da Costa Neves

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2026



SUMÁRIO

RESUMO.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. REVISÃO DA LITERATURA	6
3. MATERIAIS E MÉTODOS	9
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1 Refletindo sobre a diversidade de gênero e sexualidade, raça e religião nos acolhimentos.....	21
4.1.1 Gênero e sexualidade	21
4.1.2 Religião e questão étnico-racial.....	24
4.2 Autonomia e perspectivas futuras	30
4.3 Um olhar para a cidade: problemas e soluções elencados pelos acolhidos	36
4.3.1 A cidade desejada.....	38
4.4 E o que dizem sobre o acolhimento?.....	40
4.5 Convivência familiar	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	55
ANEXOS.....	56

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar os Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes de Campos dos Goytacazes/RJ, priorizando a escuta qualificada dos acolhidos enquanto sujeitos de direitos e protagonistas do processo. Partiu-se do entendimento de que são as crianças e adolescentes que vivenciam cotidianamente os serviços ofertados, possuindo assim, condições privilegiadas para subsidiar seu processo avaliativo, na medida em que a experiência vivida constitui fonte essencial de conhecimento sobre a própria realidade. Desse modo, a pesquisa nasceu da constatação de dificuldades no Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes em promover a participação infanto-juvenil nos processos avaliativos institucionais. A metodologia adotada fundamentou-se em abordagens participativas, por meio da realização de atividades lúdicas. Foram realizadas cinco visitas institucionais em três unidades de acolhimento. A primeira, de caráter observacional, visando compreender a dinâmica cotidiana das instituições e promover uma aproximação com os acolhidos. E, as demais, destinadas à realização de oficinas que contemplaram às categorias de: diversidade, autonomia, território e relações familiares/comunitárias. Como resultados foram identificadas problemáticas referentes a expressões de violência relacionadas às dimensões de gênero, raça e religião; a execução do trabalho tangente ao processo de promoção da autonomia; diferentes perspectivas acerca da relação com a cidade; a importância e fragilidade da manutenção dos laços familiares e comunitários. Além disso, identificou-se um conjunto de problemas relacionados à desarticulação da rede de proteção social municipal e como seus impactos atravessam e influenciam as experiências dos acolhidos nos serviços e antes deles. Portanto, foi possível tecer um diagnóstico crítico das práticas institucionais vigentes, promovendo o protagonismo de crianças e adolescentes na construção, execução e avaliação das políticas públicas a eles destinadas.

Palavras-chave: Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional; Crianças e adolescentes acolhidos; Campos dos Goytacazes-RJ.

Antes da exposição do conteúdo, cabe destacar o caráter eminentemente coletivo do desenvolvimento da pesquisa, uma vez que todo processo de sistematização, compilação e análise dos dados produzidos, foi executado em conjunto com as discentes Pyllar Boordot Souza Sant'Ana e Shakira da Costa Neves que, por sua vez, atuaram como coautoras do presente relatório.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como escopo esmiuçar as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “A escuta de crianças e adolescentes acolhidas em Campos dos Goytacazes”, coordenado pelo Núcleo de Pesquisa sobre Infâncias, Juventudes e Políticas Públicas (NIJUP) e iniciado no ano de 2025. A proposta em questão teve como finalidade proceder à escuta de crianças e adolescentes acolhidos, partindo-se do entendimento de que esses sujeitos, por vivenciarem cotidianamente a realidade institucional, possuem elementos fundamentais para a análise dos serviços ofertados, o que torna sua participação essencial ao processo investigativo (Pérez; Gomes; Sant'Ana, 2024).

Nesse sentido, os objetivos postos na condução desta pesquisa consistiram em realizar uma avaliação crítica dos serviços de acolhimento institucional do município, considerando as questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade, raça e religião, a autonomia, a convivência familiar e comunitária e a apropriação da cidade. Tal escuta fundamentou-se nas contribuições dos próprios acolhidos, em consonância com o que prevê o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SMA), cuja fragilidade se evidenciou, sobretudo, na limitada participação infanto-juvenil nos processos avaliativos institucionais, uma vez que nos últimos anos, o Sistema tem se concentrado majoritariamente no monitoramento por meio da análise de dados quantitativos, os quais, embora relevantes, mostram-se insuficientes para abarcar a dimensão avaliativa em sua integralidade (Rodrigues; Sant'Ana, 2026).

Assim, foi a partir dessa lacuna em torno da avaliação dos referidos serviços que se evidenciou a pertinência do desenvolvimento deste estudo, o qual ofereceu subsídios para o aprimoramento do SMA, bem como garantiu o protagonismo das infâncias e adolescências na construção, execução e avaliação das políticas públicas que lhes são destinadas, constituindo estes os objetivos específicos do trabalho.

O SMA foi implementado no ano de 2017, com o intuito de fornecer aos gestores e às equipes informações confiáveis que subsidiassem o planejamento, a alocação de recursos e a formulação de políticas públicas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes (Campos dos Goytacazes, 2018). O Sistema em questão foi elaborado a partir de uma parceria entre a Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), por meio da Coordenação de Articulação Intersectorial SUS-SUAS-Educação; a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC)¹, com a atuação do Setor de Vigilância Socioassistencial; e a Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a articulação do NIJUP.

Nessa perspectiva, a participação de crianças e adolescentes acolhidos no que concerne à avaliação dos serviços encontra respaldo normativo no art. 3º da Portaria Conjunta SMDHS/FMIJ n.º 1/2018², instrumento que institui o SMA e a respectiva Comissão Mista responsável por seu acompanhamento, conferindo institucionalidade à participação desse público no âmbito da política de acolhimento no município (Campos dos Goytacazes, 2018).

Posto isto, cumpre destacar que a criação desse Sistema se configurou como uma iniciativa inovadora no campo do monitoramento e da avaliação dos serviços de acolhimento institucional. Assim, conforme assinalam Mendes, Rodrigues e Azeredo (2020), a experiência desenvolvida no município campista evidencia o potencial da articulação entre universidade e gestão pública para a construção de instrumentos técnico-operativos capazes de qualificar a produção, a sistematização e a análise de informações estratégicas para a gestão socioassistencial. Nessa perspectiva, o SMA compõe um importante dispositivo de fortalecimento da Vigilância Socioassistencial, ao subsidiar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento institucional, contribuindo para a qualificação da oferta socioassistencial.

Assim, além de contribuir para o fortalecimento da gestão socioassistencial local, a iniciativa tem despertado o interesse de gestores e equipes técnicas de outros municípios e estados do país, que vêm buscando conhecer sua metodologia e estrutura

¹ À época da implementação do SMA, a referida Secretaria correspondia à então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), atualmente denominada Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SMASC).

² “Art. 3º. O monitoramento e avaliação serão realizados por meio dos seguintes instrumentos: I – Relatório Mensal de Atendimento (RMA) dos acolhimentos e do CRCA; II - Escuta qualificada dos usuários do serviço; III – Escuta qualificada dos trabalhadores dos acolhimentos e do CRCA” (Campos dos Goytacazes, 2018, *n.p.*).

com vistas à implementação de instrumentos semelhantes em seus respectivos contextos.

Outrossim, a pesquisa foi composta, além da presente bolsista, por cinco voluntárias de graduação dos cursos de Serviço Social e Psicologia e por uma discente do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF - Campos), cuja participação desdobrou-se em uma pesquisa de mestrado articulada ao presente estudo. Contou-se, ainda, com uma estagiária da Coordenação de Articulação Intersetorial SUS-SUAS-Educação da FMIJ, também graduanda de Serviço Social, por meio da qual a pesquisa se converteu em um projeto de intervenção de estágio supervisionado em Serviço Social, evidenciando seu caráter integrador entre ensino, pesquisa e extensão.

Para mais, essa articulação possibilitou, ainda, a formação continuada dos profissionais que acompanharam e ofereceram suporte ao processo, a exemplo das Assistentes Sociais vinculadas à Coordenação supracitada e ao setor de Vigilância Socioassistencial da SMASC, as quais acompanharam e participaram pontualmente das diferentes etapas do estudo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Ao romper com o legado autoritário do regime anterior, a Constituição Federal de 1988 consolidou-se como marco do Estado Democrático de Direito, instituindo um novo paradigma para a gestão das políticas públicas, fundamentado na universalização dos direitos sociais, na descentralização político-administrativa e na ampliação dos mecanismos de participação e controle social (Brasil, 1988). Ao reconhecer a participação da sociedade na formulação, implementação e fiscalização das ações estatais, a Carta Magna inaugura uma perspectiva de gestão democrática que atribui centralidade à transparência, ao acompanhamento das políticas e à responsabilização do Estado pela efetivação dos direitos sociais.

Desse modo, sublinha-se que a participação social em processos de avaliação institucional é um conceito disposto no Art. 193º da Carta Magna, cujo parágrafo único determina que “o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas” (Brasil, 1988).

Nesse contexto, os processos de monitoramento e avaliação assumem papel estratégico, uma vez que possibilitam a produção de informações qualificadas sobre a

implementação, os resultados e os impactos das políticas públicas, subsidiando o planejamento, a tomada de decisões e o aprimoramento contínuo das ações governamentais (Jannuzzi, 2016). Assim, participação social, monitoramento e avaliação constituem dimensões indissociáveis da gestão pública democrática, orientadas pelo compromisso com a efetivação dos direitos e com a qualificação das políticas.

À vista disso, no que concerne à participação infanto-juvenil no âmbito das políticas públicas, Larkins (2014) destaca que atribuir direitos a crianças e adolescentes pressupõe, necessariamente, a promoção de sua participação efetiva, algo que lhes têm sido historicamente negados, na medida em que raramente são ouvidos acerca de suas próprias demandas e vivências. Dessa maneira, essa negação pode ser compreendida como reflexo de uma concepção adultocêntrica ainda enraizada na formulação e na execução das políticas voltadas às infâncias e adolescências, na qual figuram como destinatários passivos de decisões tomadas exclusivamente por adultos, e não como sujeitos capazes de opinar sobre os serviços e as medidas que os afetam diretamente.

Nessa direção, Couto e Rizzini (2020) sublinham a importância de superar esse viés adultocêntrico e de promover a integração de metodologias participativas que possibilitem o acesso ao conhecimento e a compreensão das percepções acerca das diferentes dimensões do acolhimento, o que implica reconhecer que a participação de crianças e adolescentes não é um complemento acessório ao ciclo das políticas, mas condição estrutural para que essas iniciativas sejam, de fato, responsivas às necessidades desse segmento populacional.

Nesse panorama, Sarmento (2009) sustenta que as crianças sempre foram vistas como seres humanos em miniatura, em processo de crescimento, incapazes de agir enquanto atores sociais e sem possibilidades de exercer condições próprias para se expressarem em sua fase de desenvolvimento. Essa concepção, contudo, deve ser superada, uma vez que, como argumenta Mendes (2021), crianças e adolescentes são plenamente capazes de atribuir sentido às suas experiências e de produzir conhecimento a partir daquilo que vivenciam, o que os tornam elementos cruciais nas diferentes etapas das ações públicas e dos serviços que os incidem diretamente, desde o seu planejamento até sua avaliação.

Frente a isso, Rodrigues e Sant'Ana (2025) evidenciam que compete aos responsáveis pela gestão das ações públicas incorporar os usuários em tais processos, com o propósito de fortalecer a democracia, promover o exercício da cidadania ativa e, conseqüentemente, aprimorar a qualidade das intervenções realizadas. Compreende-se, assim, que a efetivação de uma avaliação de caráter participativo demanda o

fomento de espaços e mecanismos que possibilitem aos cidadãos manifestar suas opiniões, participar de discussões e oferecer contribuições ao processo.

Nesse sentido, essa abordagem busca romper com a visão tradicional atribuída a esse processo – frequentemente restrita aos atores da gestão e a determinados profissionais atuantes no campo das políticas sociais –, mediante a incorporação de perspectivas e saberes diversos (Arretche, 2013).

Tais prerrogativas estendem-se também aos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, os quais executam medida de proteção voltada a assegurar seus direitos nos casos em que haja violação, seja ela praticada no âmbito familiar, no círculo extrafamiliar, pelos próprios sujeitos ou pelo Estado (Brasil, 2009).

Ressalta-se que o município de Campos dos Goytacazes-RJ conta atualmente com 8 unidades de acolhimento institucional, todas sob gestão da FMIJ, estando distribuídas em diferentes regiões do território municipal. No tocante ao perfil da população acolhida, dados do Censo da População Infantojuvenil Acolhida indicam que, em dezembro de 2025, 192 crianças e adolescentes encontravam-se em situação de acolhimento institucional (MCA, 2025). Desse total, 50,52% correspondiam ao gênero feminino e 49,48% ao gênero masculino. Quanto ao recorte de raça/etnia, verificou-se a seguinte distribuição: 2,08% de crianças e adolescentes amarelos, 21,35% brancos, 38,02% pretos e 38,54% pardos. No que se refere aos motivos que fundamentaram o acolhimento, destaca-se a “negligência” como fator de maior incidência, seguida por “abandono pelos pais ou responsáveis”, “risco de morte na comunidade” e “outros motivos”. Tais dados suscitam a necessidade de uma reflexão acerca da relação entre acolhimento institucional e o empobrecimento das famílias, uma vez que, embora a pobreza, isoladamente, não constitua critério legal para a aplicação da medida, observa-se que a maior parte dos motivos que a justificam encontra-se, direta ou indiretamente, associada a essa condição (Bernardi, 2020).

Ao se considerar o tempo de permanência dos acolhidos, com base nos relatórios elaborados desde a implantação do SMA, constata-se que, no mínimo, metade das crianças e adolescentes permanece em acolhimento por período inferior a 1 ano, sendo os adolescentes o segmento que, comparativamente, tende a permanecer por mais tempo vinculado aos serviços de acolhimento.

Não obstante, cumpre salientar que os dados de natureza quantitativa se mostram insuficientes para revelar, em sua totalidade, a dinamicidade institucional e as questões cotidianas que atravessam os acolhimentos. Dessa maneira, tendo como horizonte as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional (2009),

destaca-se a relevância de ouvir crianças e adolescentes nas atividades e decisões que perpassam sua institucionalização e o seu processo de preparação para a reintegração familiar. Nessa mesma direção, Acioli *et al.* (2018) apontam a escassez de reflexões voltadas à investigação da satisfação dos acolhidos no país, cenário que evidencia a necessidade de reformulações e avaliações que garantam a efetivação de direitos nos ambientes institucionais.

Portanto, em consonância com o arcabouço legal, torna-se fundamental fomentar e retomar a escuta desses sujeitos, em observância aos princípios assegurados e à garantia de seus direitos. Tal iniciativa, articulada aos dados quantitativos já produzidos no âmbito do monitoramento, possibilitou a construção de um panorama avaliativo mais abrangente, capaz de contemplar não apenas o cumprimento das metas estabelecidas, mas também os efeitos concretos gerados no e para o público-alvo, contribuindo assim para a otimização contínua desses serviços socioassistenciais (Rodrigues; Sant'Ana, 2025).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente, foi realizada uma reunião com representantes da FMIJ e da SMASC, com a vistas a tecer uma discussão concernente às unidades que poderiam receber as visitas, haja vista que tais profissionais conhecem melhor a dinâmica das instituições e seu funcionamento, bem como as agendas de cada uma. Como produto desse encontro, foi realizada uma triagem inicial de acolhimentos, cujos perfis possibilitariam uma coleta de dados mais diversa, que abrangesse perspectivas de sujeitos com múltiplas idades e gêneros.

No segundo momento, foi realizada uma conversa com a equipe de voluntárias para pormenorizar as condições de mobilidade e selecionar entre as unidades listadas, quais apresentavam uma logística facilitada de acesso. A posteriori, foi realizado uma primeira aproximação com as gerências e equipes técnicas das instituições pré-selecionadas, buscando apresentar a pesquisa e alinhar o cronograma do projeto às agendas institucionais para que fosse possível dar início ao trabalho de campo.

Cabe salientar que, antes das idas a campo, a equipe participou de momentos voltados a estudos coletivos, debruçando-se sobre os estudos teóricos de Castro (2008) e Valente, Lessa e Mendes (2024), acerca da realização de pesquisas com crianças e adolescentes e sobre infância e juventude em situação de acolhimento, com a finalidade de constituir um referencial inicial sobre as práticas desenvolvidas e as metodologias

utilizadas. Realizou-se, ainda, um estudo coletivo acerca de métodos analíticos fundamentados em Braun e Clarke (2006), envolvendo estudantes da Pós-Graduação.

Na esfera documental, foi estudada as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) e, no âmbito institucional, os documentos: Fluxo de trabalho das Unidades de Acolhimento Sob Responsabilidade da Fundação Municipal da Infância e da Juventude (2025), o Relatório de Avaliação e Monitoramento dos Serviços de Acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos (2019) e o Relatório - A vivência nos Serviços de Acolhimento: a escuta de crianças e adolescentes acolhidos (Mendes, 2019), com o objetivo de compreender os percursos metodológicos e eixos que orientaram o processo de escuta realizado no ano 2018.

Esse movimento mostrou-se fundamental, uma vez que possibilitou a familiarização prévia com os procedimentos de análise de dados, contribuindo para o aprofundamento teórico-metodológico da equipe.

Assim, a metodologia adotada seguiu o que foi previamente estabelecido no projeto de pesquisa, fundamentando-se em abordagens participativas e na realização de atividades lúdicas adequadas às diferentes faixas etárias, como o objetivo de estimular o diálogo, a expressão e a reflexão acerca de aspectos que atravessam as vivências das crianças e adolescentes institucionalizados. Dessa forma, a participação nas atividades ocorreu por meio de uma amostra por conveniência, considerando a disponibilidade, o interesse/vontade de participar daquelas que estavam presentes no espaço, sendo esta conduzida em três unidades de acolhimento.

Nesse cenário, entende-se que as metodologias participativas constituem ferramentas fundamentais na pesquisa com esse público, por possibilitarem que esses sujeitos sejam reconhecidos como participantes ativos do processo investigativo, e não como meros objetos de estudo, assumindo o papel de protagonistas e interlocutores, tendo suas experiências, opiniões e percepções valorizadas na produção do conhecimento (Pereira *et al.*, 2016; Gepcei, *s.d.*). Esse processo metodológico exige, por sua vez, a construção de estratégias criativas, adequadas aos diferentes contextos socioculturais dos participantes.

Dessa maneira, foram realizadas uma visita de observação e quatro oficinas em cada unidade, com foco na análise e avaliação de aspectos considerados essenciais para a garantia de um serviço de qualidade, em conformidade com as Orientações Técnicas que regem os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). Assim sendo, as atividades foram estruturadas a partir das seguintes temáticas centrais: 1)

respeito à diversidade; 2) estímulo à autonomia; 3) relação com o território e 4) preservação dos vínculos familiares e comunitários.

O trabalho foi conduzido em observância às diretrizes éticas aplicáveis a estudos com seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFF, conforme Parecer nº 8.487.905 **(ANEXO A)**.

É pertinente pontuar que, antes de dar início às dinâmicas programadas durante a segunda visitação, iniciamo-as explicando o objetivo da pesquisa e o Termo de Autorização de Livre Escolha (TALE) **(APÊNDICE A)**, adaptando a linguagem para cada faixa etária, garantindo que todos o compreendessem. Também foi enfatizado que a participação era completamente voluntária e que os participantes tinham liberdade para não responder a questões que não quisessem ou se retirar a qualquer momento, caso assim desejassem. Além disso, foi reforçado que todas as informações fornecidas seriam tratadas de forma confidencial, sem qualquer associação aos seus nomes verdadeiros. No caso concerne aos infantes, permitimos que assinassem os termos por meio de desenhos, caso preferissem, algo que alguns optaram por fazer.

Após esse momento inicial, foram distribuídas etiquetas e oferecida a possibilidade de escolherem nomes fictícios – podendo optar por usar o próprio nome ou outro de sua preferência.

Em vista disso, cumpre destacar que, no Acolhimento A, o momento de escolha dos nomes gerou grande entusiasmo, com os acolhidos mostrando-se muito animados com a criação de nomes alternativos. Para esse fim, nas visitas subsequentes à escolha, foram criados crachás com fotos que representassem os nomes escolhidos pelos quais indicaram que gostariam de ser identificados nos desdobramentos da pesquisa.

Figura 1: Crachás com os nomes fictícios escolhidos pelos acolhidos do Acolhimento A.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

O referido procedimento não foi adotado nas demais Unidades por opção deliberada dos acolhidos. Dessa forma, ao longo da seção subsequente, destinada à apresentação e análise dos resultados, os fragmentos das falas provenientes do Acolhimento A serão identificados pelos nomes por eles próprios escolhidos. Por sua vez, as falas dos participantes vinculados aos demais acolhimentos serão identificadas por meio de numeração.

Ademais, durante a realização de todas as visitas, registrou-se, no conjunto das três unidades, uma participação de aproximadamente 77 acolhidos no total, com idades entre 4 e 18 anos.

Assim, das cinco visitas realizadas, a primeira objetivou compreender a dinâmica cotidiana das instituições, além de possibilitar a aproximação inicial com os acolhidos. Nesta ida a campo, ocorreu uma “visita guiada” pelos acolhidos nas unidades, na qual eles apresentaram o espaço. Em seguida, a equipe compartilhou o interesse em conhecer o ambiente, as preferências e os gostos deles, perguntando sobre suas brincadeiras e atividades favoritas, procedendo um tempo de interação livre com as crianças e adolescentes acolhidos.

Já as visitas dedicadas à realização das oficinas lúdicas, foram realizadas uma para cada eixo analítico. Dessa forma, a primeira atividade temática correspondeu à categoria da diversidade, contemplando as dimensões de gênero, raça e religião, com o intuito de analisar como tais elementos atravessam e influenciam as experiências das crianças e adolescentes nos serviços.

Para os adolescentes, optou-se por realizar o que denominamos “Reflexões em Imagem: Explorando a Diversidade”. Nesta atividade, os adolescentes foram convidados a observar e analisar imagens de pessoas popularmente conhecidas que representam diferentes categorias sociais, como religião, raça e gênero. A partir dessas imagens, foi proposto um debate coletivo, em que os participantes identificaram quais características percebiam em cada figura e o que as representações significam para eles.

Figura 2: Material utilizado com os adolescentes.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

Com as crianças, realizamos a brincadeira dos “Lados do Respeito à Diversidade”, inspirada na *trend* do *Tiktok* “*Ish Challenge*”, a qual iniciamos com uma contação de história sobre o tema, com auxílio de um fantoche e outros elementos de cena. A partir disso, apresentamos duas opções para os participantes, que precisaram escolher entre dois lados, cada um simbolizando uma opção diferente de resposta para perguntas sobre as temáticas propostas.

Figuras 3, 4, 5, 6 e 7: Elementos cênicos confeccionados para a contação de história na oficina da diversidade.





Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

Dando continuidade às atividades desenvolvidas, a segunda oficina teve como proposta apresentar às crianças uma dinâmica denominada “Mapa da Autonomia”, inspirada em uma dinâmica de caça ao tesouro ambientada em um universo pirata. A atividade consistiu em um jogo interativo no formato de tabuleiro ampliado, adaptado ao chão, no qual as próprias crianças assumiram o papel de peças, movimentando-se por um percurso dividido em sete etapas. O avanço no jogo ocorreu à medida que respondiam perguntas relacionadas a ações de autonomia em diferentes dimensões de suas vidas, como alimentação, estudos, cuidados pessoais, lazer e relações interpessoais. O tabuleiro contou com elementos simbólicos – como cobras e representações da água –, os quais remetiam a desafios e aventuras de uma jornada marítima. Ao final, ao chegarem, os participantes pegavam uma bandeira para simbolizar o cumprimento do desafio.

No que concerne aos adolescentes, foi proposto um jogo de cartas, iniciando-se com a formação de um círculo entre os participantes, momento em que foi apresentada a proposta da atividade e levantado o que já compreendiam sobre o conceito de

autonomia. A condução do jogo consistiu em cada participante, por vez, lançar um dado cujos lados correspondiam a uma temática específica; a partir do resultado, o participante sorteava uma carta relacionada à categoria contemplada e, em seguida, todos debatiam coletivamente a questão apresentada. As rodadas seguiram até que o tempo se esgotasse ou as cartas acabassem.

Os escopos que compunham cada face do dado abrangeram diferentes dimensões de uma vida autônoma: projeto de vida (perspectivas de futuro), tomada de decisões, relacionamentos interpessoais, estudos e vida escolar, autonomia pessoal e responsabilidades. Por sua vez, a sexta face foi reservada a desafios lúdicos, com o objetivo de descontrair o momento e torná-lo mais fluido e participativo.

Figuras 8, 9 e 10: Materiais lúdico-didáticos utilizados na condução da oficina da Autonomia com as crianças.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

No concernente à terceira oficina, o objetivo foi abordar a perspectiva territorial. Assim, optou-se por desenvolver com as crianças uma atividade denominada “Cartografia da Vida”. A dinâmica foi iniciada com uma breve contação de história de caráter integrativo sobre o território, com o auxílio de fantoches. Em seguida, distribuíram-se folhas grandes e materiais de desenho aos participantes, para que desenhassem seus mapas afetivos do território campista. Nesses mapas, as crianças deveriam representar locais onde residiam ou estavam institucionalizadas, bem como seus principais espaços de circulação cotidiana, como escola, praça, igreja, campo, entre outros. Além disso, foram convidadas a destacar os lugares considerados importantes e significativos, aqueles de que gostam ou não gostam, os locais em que se sentiam felizes e pertencentes, e quais consideram perigosos.

Figuras 11, 12, 13 e 14: Mapas afetivos desenhados pelas crianças durante a oficina.

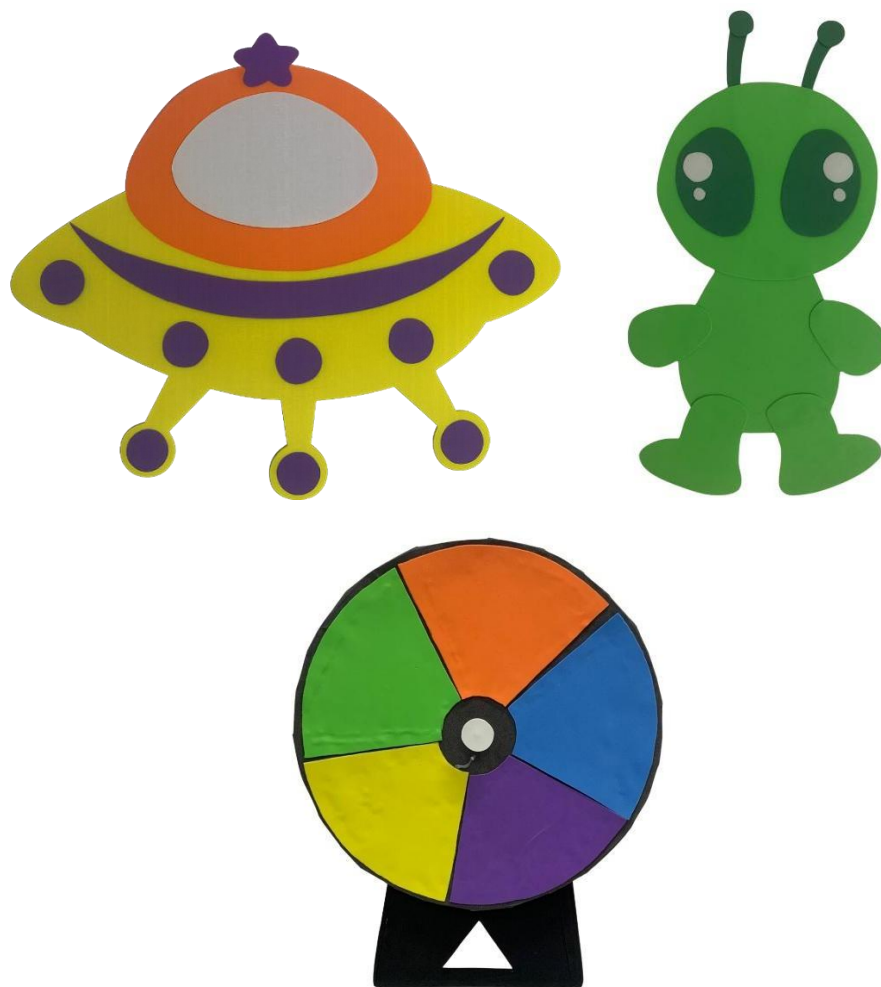


Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

No que se refere aos adolescentes, propôs-se a realização de um jogo de cartas denominado “Jogo do Território”. Os participantes foram organizados em círculo e, a cada rodada, um deles girava uma roleta contendo cores diferentes, cada uma

correspondente a um tipo de carta. O participante sorteava, então, uma carta e respondia à questão apresentada, momento em que se abria a discussão para que os demais também se manifestassem, gerando um debate acerca do tema proposto. As rodadas foram realizadas até que o tempo disponível se esgotasse ou que as cartas acabassem.

Figuras 15, 16 e 17: Materiais didáticos e lúdicos utilizados na condução da oficina do Território com as crianças.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

A quarta e última oficina temática, denominada “Árvore da Convivência”, foi realizada com os dois públicos, seguindo a mesma dinâmica para ambos. Sua proposta teve início com uma conversa introdutória sobre a atividade, na qual, no caso das

crianças, foram utilizados recursos cênicos a fim de tornar o momento mais lúdico. Nessa introdução, estabeleceu-se uma comparação entre a árvore e a vida humana, destacando-se que cada uma de suas partes – raiz, tronco, galhos, folhas e frutos – desempenha uma função específica, assim como diversos elementos da vida cotidiana, entre os quais se destacam as relações interpessoais e as condições concretas da vida, compreendidas como parte constituinte dessa “árvore da vida”.

Em seguida, foi apresentada aos participantes uma árvore de papelão de tamanho médio, à qual deveriam dar vida por meio da inserção de elementos simbólicos. Em seus galhos, poderiam ser penduradas folhas de dois tipos: a folha em formato de coração, que representava pessoas queridas com quem mantinham algum tipo de relação (familiares, vizinhos, amigos, educadores, técnicos, professores, membros da igreja, entre outros); e a folha seca, que simbolizava aquilo que gostariam de retirar de sua árvore, podendo se tratar de qualquer elemento, não necessariamente pessoas, ficando a escolha inteiramente livre.

Além das folhas, a atividade contemplou também dois tipos de frutos: a laranja, que simbolizava as atividades realizadas com as pessoas indicadas na folha coração, ou seja, aquilo que os participantes gostavam de fazer com essas pessoas; e a manga, que representava o local em que tais atividades costumavam ocorrer, isto é, os espaços frequentados junto a essas pessoas no desenvolvimento de suas atividades favoritas.

Figuras 18, 19 e 20: Construção das Árvore da Convivência durante as oficinas.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

Ao final desta última atividade, como forma de agradecimento pela disponibilidade de tempo e receptividade demonstrados ao longo das atividades, bem como pela confiança em compartilhar suas trajetórias de vida, foi entregue a cada participante um livro de pintura, denominado “Pesquisa Goods”. Essa escolha partiu da percepção de que muitos deles demonstravam interesse pela pintura.

Nos desenhos do livro, foram inseridos elementos representativos de cada oficina realizada, de modo a simbolizar tudo o que foi trabalhado em cada encontro. A proposta teve como objetivo proporcionar aos participantes uma atividade de tempo livre, além de constituir uma forma de preservar as reflexões coletivas construídas ao longo do processo.

Figuras 21, 22 e 23: Livro de pintura “Pesquisa Goods”.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

Vale destacar que, ao final de todas as dinâmicas conduzidas, foram entregues pequenas recordações para as crianças e adolescentes, como forma de marcar simbolicamente a sua participação. Essas lembrancinhas foram construídas com o objetivo de remeter ao conteúdo disposto nas oficinas, mas também como forma de estreitar os vínculos construídos entre as pesquisadoras e os acolhidos no decorrer do processo.

Figuras 24, 25 e 26: Recordações dadas às crianças e adolescentes ao fim das oficinas.



Fonte: Arquivos NIJUP, 2025.

Ante o exposto, insta destacar que, a partir das idas a campo, foram produzidos diários de campo com os relatos compostos pelos depoimentos pessoais e visões das interlocutoras presentes. Além disso, as múltiplas temáticas que atravessaram os encontros foram sistematizadas em planilhas e categorizadas, sendo posteriormente analisadas à luz de referenciais teóricos estudados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos objetivos propostos, a pesquisa de campo revelou um conjunto de questões que suscitam problematizações acerca dos temas abordados nas oficinas, as quais serão analisadas a seguir.

4.1 Refletindo sobre a diversidade de gênero e sexualidade, raça e religião nos acolhimentos

4.1.1 Gênero e sexualidade

A reflexão sobre essa temática parte de duas situações distintas: a primeira, decorrente da observação acerca da organização institucional de uma unidade de acolhimento; e a segunda, oriunda das oficinas realizadas com as crianças e adolescente acolhidos.

Durante a visita de observação no Acolhimento A, evidenciou-se uma dinâmica distinta, pois a Unidade em questão é estruturada a partir de uma divisão por gênero e, dentro dessa lógica, há ainda uma subdivisão por faixa-etária (meninos crianças, meninas crianças, meninas adolescentes e meninos adolescentes), embora tenha sido informado pela Equipe Técnica que o ambiente funcionava de maneira semelhante a *“um espaço familiar ampliado, no qual todos convivem juntos”* (Técnica, Acolhimento A, 2025).

Notou-se que na sala, por exemplo, havia uma espécie de *“linha imaginária”* que dividia o espaço em dois polos, – o lado das meninas e o lado dos meninos. Essa delimitação não poderia ser ultrapassada e, caso isso ocorresse, os acolhidos eram imediatamente repreendidos pelos Educadores.

Como consequência, foi observado que as meninas pequenas frequentemente assistiam de longe à televisão localizada na área dos meninos e obtinha negativas quando pediam para assistir algo no quarto das meninas adolescentes. Sem poder

atravessar o limite físico que separa os espaços, elas permaneciam, em muitos momentos, isoladas e com poucas opções de lazer durante o tempo livre. Por isso, demonstravam ciúmes dos meninos, expressando desejo de receberem mais atenção e incômodo pelo visível espaço mais reduzido de circulação em comparação aos demais grupos.

Além disso, os brinquedos dispostos na brinquedoteca são organizados de acordo com essa divisão de gênero: havia uma área destinada às bonecas e casinhas – associada às meninas – e outra com carrinhos, dinossauros e bonecos de ação – voltada aos meninos.

Frente a isso, foi notável que esse fator incidia diretamente sobre as possibilidades de interação entre os acolhidos, e fazia com que as crianças e adolescentes internalizassem a dinâmica institucional, passando a reproduzi-la em suas interações cotidianas. Exemplificando esta afirmação, pode-se trazer a situação de que uma das meninas pegou um *laptop* de brinquedo do Homem-Aranha, gerando uma reação imediata de outro acolhido, que afirmou: “*Isso é de menino, é do Homem-Aranha, o seu lugar é lá com as bonecas*” (Cristiano Ronaldo, 2025). Para mais, percebeu-se que os meninos evitam aproximar-se da prateleira destinada às bonecas.

Essas situações evidenciam a naturalização e reprodução de estereótipos de gênero no cotidiano da instituição desde muito cedo, deixando claro que a separação física entre os grupos limita o contato direto entre os acolhidos e afeta as formas de socialização dos sujeitos presentes.

Já a realização da primeira oficina, neste mesmo acolhimento, em que foram discutidos os temas de papéis sociais de gênero, evidenciou a distinção entre os gêneros, uma vez que nela tanto as crianças quanto as meninas adolescentes disseram haver brinquedos e profissões correspondentes aos gêneros, identificando que as fazeres laborais considerados “*mais pesadas*”, como as da área de engenharia, são masculinas e àquelas associadas ao cuidado, às mulheres.

No entanto, todos os meninos adolescentes nesse acolhimento afirmaram acreditar que as profissões podem ser exercidas por qualquer pessoa, independentemente do gênero. E, por unanimidade, todos falaram que o certo é dividir as tarefas de casa e que “*não existe isso de tarefa de menino e tarefa de menina na limpeza*” (Sung Jin-Woo, 2025), indicando que as áreas comuns de convivência deveriam ser limpas em conjunto e cada grupo deveria limpar seu próprio quarto e banheiro. Em contraponto, as falas das crianças e das meninas adolescentes indicaram o oposto.

De modo geral, ao se trabalhar a categoria gênero nas oficinas do eixo diversidade, nos Acolhimentos B e C, observou-se que a compreensão dos acolhidos acerca desta dimensão apresenta diferenças significativas em relação ao primeiro. As falas das crianças e adolescentes, tanto meninas quanto meninos, indicaram não atribuírem brinquedos, profissões ou tarefas domésticas exclusivamente a um gênero, havendo apenas raras exceções em que alguns participantes expressaram percepções distintas. Acredita-se que tal distinção pode estar relacionada ao fato dessas Unidades não adotarem uma organização baseada na separação por gênero.

No Acolhimento B, em especial, foi possível perceber certo estranhamento por parte dos acolhidos diante das indagações realizadas pelas pesquisadoras acerca dos papéis de gênero, uma vez que, para eles, *“o normal é ser tudo de todo mundo”* (Acolhido 1B, 2025), evidenciando uma concepção mais flexível e menos normativa sobre as construções de gênero.

Adicionalmente, no Acolhimento A, a discussão acerca de gênero, também se abrangeu para a temática de sexualidade: durante a execução da primeira oficina, Peppa Pig mencionou que uma pessoa, a qual se refere como *“mãe”*, mora perto da casa de sua outra mãe. Diante disso, Coelhoinho questionou o motivo dela dizer que tinha duas figuras maternas, afirmando que *“não se pode ter duas mães”*. Quando as pesquisadoras comentaram que algumas pessoas possuem sim duas mães, ela prontamente respondeu que *“ter duas mães é pecado”* (Coelhoinho, 2025).

Nesse sentido, ao abordar a sigla LGBTQIAPN+ com os adolescentes do mesmo Acolhimento, observou-se que os meninos demonstraram curiosidade, perguntando o significado de cada uma das letras. No entanto, apesar da abertura para ouvir e o interesse em questionar, ao tratar especificamente sobre identidade de gênero e orientação sexual, eles faziam questão de reforçar que não faziam parte da comunidade, repetindo, com frequência, expressões como *“Deus me livre ser assim, comigo não”* (Sung Jin-Woo, 2025), enfatizando constantemente serem heterossexuais.

Já na última oficina, Superman solicitou incluir na folha referente ao que gostaria de tirar da sua vida a *“viadagem”* pois, segundo ele, um outro acolhido é *gay* e já teria se declarado para ele, demonstrando vontade de abraçá-lo e beijá-lo. Superman então ressaltou que não tem *“nada contra”*, mas deixou claro diversas vezes: *“eu sou homem, não gosto disso”*, afirmando que ele não quer *“esse tipo de aproximação”*, acrescentando ainda, em tom de preocupação: *“se meu irmão descobre isso...”*.

No Acolhimento A, devido a divisão de gênero, foi incorporada a discussão sobre esse atravessamento, perguntando o que acham dessa divisão. Ao serem indagados

sobre a organização da Unidade, os participantes apresentaram percepções distintas. Parte deles manifestou concordância com a divisão, outros indicaram que ela atrapalha, principalmente, nas brincadeiras porque não conseguem brincar uns com os outros. Uma adolescente questionou: *“como que mora todo mundo na mesma casa se a gente não pode nem brincar juntos?”* (Danielle, 2025).

Essa fala aparece em contraponto ao trazido por um adolescente do Acolhimento C, o qual destacou que considera as pessoas do Acolhimento como parte de sua família, uma vez que convivem, conversam e jogam bola todos juntos.

Ante ao exposto, é necessário assinalar, que crianças e adolescentes constroem uma expressão de gênero e se intitulam enquanto menino, menina, não-binário ou gênero fluído, “no bojo das relações sociais, com base nas próprias percepções, compreensões e atuações acerca daquilo que vê e compreende do mundo” (Fróis, 2020, p. 13).

Desse modo, faz-se necessária “a presença de ideias que sustentam as subjetividades e não se subjugam aos padrões sexistas e heteronormativos de classificação” (*ibidem.*, 2020, p. 14). Portanto, esse tópico constitui-se enquanto uma problematização a ser feita, pois as práticas institucionais tendem a podar constantemente os acolhidos, em direção ao enquadramento no discurso dominante do que é ser “uma menina” ou “um menino”.

Nessa conjuntura, o que pode ser apreendido é que

As crianças muitas vezes não vivenciam outras práticas porque isso não lhes é permitido, justamente por serem meninas ou meninos. Elas devem ter o direito de expressar-se e assumir diferentes papéis. Talvez não devamos pensar em ações ou papéis apropriados para meninas ou meninos, e sim em ações ou papéis apropriados para as crianças (Intra; Oliveira, 2019, p. 143).

4.1.2 Religião e questão étnico-racial

Para além, no que concerne às questões de ordem religiosa pode-se apreender a marcante presença de vertentes religiosas cristãs nos três Acolhimentos pesquisados, com a presença de evangelizações e de igrejas cristãs entre as mais frequentes no que concerne às visitas da comunidade, sem que outras matrizes sejam inseridas nos espaços institucionais.

Na primeira oficina realizada com as crianças no Acolhimento B, os acolhidos pediram para que as pesquisadoras fizessem uma oração antes da contação de história

ser iniciada. Todos rezaram um “*Pai Nosso*”, iniciado por uma das acolhidas. Ao final do encontro, uma das técnicas informou que esse gesto está relacionado à prática das evangelizações que recebem na instituição, as quais costumam sempre começar com uma oração.

Sob este prisma, os adolescentes dos Acolhimentos B e C relataram não escolher os espaços religiosos que frequentam. Em ambos os casos, indicaram que costumam ir à mesma igreja dos Gerentes das Unidades, não sabendo especificar se se tratava de um templo de orientação evangélica ou católica. Situação semelhante também foi identificada no Acolhimento A, a partir do relato de duas crianças que afirmaram não se lembrar do nome do espaço religioso frequentado, referindo-se a ele apenas como um local para onde “*a tia [Educadora] que leva*” (Venom, 2025).

Em complemento, no Acolhimento A, quando perguntamos sobre como haviam conhecido suas igrejas, dois meninos contaram que foi em função de um Educador que a frequentava e também por influência de um antigo acolhido, que já não reside mais na instituição. Cabe destacar que ambos reforçaram com entusiasmo o quanto se identificam com a religião, pois sentem que pertencem “*a algum lugar*” (Sung Jin-Woo, 2025).

No Acolhimento C, em particular, os adolescentes destacaram que frequentam predominantemente a igreja evangélica, ainda que, em alguns casos, essa não corresponda à religião que seguia anteriormente ao acolhimento. Um dos participantes relatou, inclusive, ser adepto da Umbanda e ter solicitado a possibilidade de frequentar esse espaço religioso, pedido que não foi atendido.

Em outra ocasião, voltou a relatar ser umbandista, porém informou que não frequenta nenhum templo voltado à religião, alegando não ter alguém que o acompanhe até o espaço religioso. Além disso, durante a realização da oficina voltada à discussão territorial, ele destacou que não lhe é permitido frequentar um terreiro. Todavia, ao ser questionado sobre algum espaço significativo para ele, indicou justamente o terreiro.

Nesse panorama, também foi possível identificar a presença de expressões de preconceito religioso direcionadas às religiões de matrizes africanas no Acolhimento A. Tais manifestações revelaram perspectivas que associam essas práticas religiosas a ideias de “*fazer o mal*” ou de serem “*estranhas*”, evidenciando concepções equivocadas e estigmatizadas. Um exemplo dessa compreensão distorcida foi o relato de um acolhido que afirmou não gostar “*dessas coisas [religiões de matriz africana]*” (Sung Jin-Woo, 2025), justificando sua posição a partir de uma narrativa ouvida de uma colega da escola,

que seriam realizados rituais com crianças, envolvendo doces e sacrifícios humanos na prática do Candomblé.

Assim sendo, os adolescentes dessa Unidade afirmaram não ter interesse em conhecer religiões que não sejam de matriz cristã, sustentando tal posicionamento com a ideia de que *“Deus é só um”* (Derek Hale, 2025), ressaltando ainda que o Deus em que acreditam é *“maravilhoso”*. Em contraposição, os grupos de crianças demonstraram maior abertura, expressando o desejo de conhecer outras religiões.

Quando questionados sobre a presença de diferentes religiões entre os colegas e pessoas com quem convivem no Acolhimento A, um deles comentou que acredita que todos possuem alguma religião no Acolhimento, mas que aprendem mais sobre uma em específico, referindo-se ao cristianismo. Contudo, os presentes destacaram a importância de respeitar uns aos outros e que acham não ter problema ser amigo de alguém *“macumbeiro”*, tampouco conviver com pessoas de outras crenças.

Em contraponto, uma das adolescentes demonstrou surpresa ao descobrir que um de seus cantores favoritos, MC³ Cabelinho, é candomblecista, chegando a dizer que precisaria parar de ouvi-lo após descobrir essa informação, pois estaria pecando ao ser *“conivente com o mal”* (Carolina, 2025). Essa foi uma situação que se repetiu também com as meninas pequenas, que começaram a cantar uma música de *funk*, mas foram rapidamente repreendidas por outra colega, a qual disse que elas deveriam cantar somente músicas da igreja.

Em vista disso, quando introduzidos à ideia de que existem pessoas que não seguem nenhuma religião, não frequentam igrejas ou não acreditam em alguma divindade, um dos meninos do Acolhimento A reagiu dizendo que pessoas assim são *“do mal”*.

Essas manifestações apareceram no Acolhimento A, mesmo durante atividades não-relacionadas à temática. Em um momento de pintura, Coelhinho (2025) comentou, sem qualquer indução, que *“a tia [uma Educadora] disse que a mãe de um dos acolhidos é da macumba”*. Embora não tenha se aprofundado na fala, o tom de voz e a expressão facial indicavam preocupação.

³ No contexto musical, a sigla “MC” significa Mestre de Cerimônias, oriunda do inglês *Master of Ceremonies* ou *Mic Controller*, tendo origem na cultura *hip-hop* norte-americana, a qual utiliza o termo para se designar a um artista que compõe e canta *rap* ou atua como DJ (*disc jockey*), profissional que seleciona, mixa e reproduz músicas gravadas. No caso do Brasil, artistas de *funk* também adotam essa nomenclatura.

Outrossim, uma proporção expressiva de acolhidos no Acolhimento A manifestou, nas folhas as quais deveriam indicar aquilo que gostariam de tirar de suas vidas na última oficina, o desejo de afastar “o pecado”, “a macumba”, “o Diabo” e o “capiroto”. Outros destacaram sentimentos e estados emocionais negativos trazidos “pelo mal [o diabo]”, como “tristeza”, “ódio” e “solidão”. Também foram citados comportamentos e influências considerados prejudiciais, incluindo “palavras feias”, “influência negativa”, “desprezo”, “amigos ruins” e a própria vivência no “abrigo”. Ainda durante essa dinâmica, Venom mencionou que queria tirar o próprio coração, explicando que não se tratava exatamente de um desejo de morrer, mas: “quero ir para o céu logo para me livrar desse mundo cruel”.

Para mais, ainda no acolhimento A, o Superman chamou os membros da equipe NIJUP presentes para conversar, relatando sentir “sensações ruins”, dizendo que as pessoas afirmavam que ele estava “com o Diabo no corpo” e se afastavam dele. Durante a fala, ele colocou a mão sobre o peito e disse que estava sentindo algo “entrando” e que acreditava ser “Jesus”, o que o faria melhorar, mesmo que os outros acolhidos e pessoas que convivem na casa “não levassem isso a sério”. Sob este prisma, insta destacar a necessidade de uma abordagem aprofundada acerca de como tem se tratado a estigmatização da condição de saúde mental no contexto Acolhimento Institucional, haja vista que este adolescente havia sido diagnosticado com esquizofrenia na semana da visita em questão.

Assim, pode-se salientar que, o tema “religião” é complexo e demanda uma análise crítica e criteriosa, especialmente por exercer, paradoxalmente, tanto um papel significativo na construção das redes de sociabilidade, sobretudo para adolescentes em situação de acolhimento, haja vista que a mesma pode agir como facilitadora de interações para além dos muros institucionais, promovendo um senso de pertencimento que, em muitos casos, esses jovens não experienciam; quanto uma repercussão negativa na lógica de funcionamento das Instituições e, como consequência, na subjetividade das crianças e adolescentes que ali vivem e possuem outras crenças religiosas.

Conforme Saraiva (2019) é necessário acrescentar ao debate da intolerância religiosa a análise crítica sobre os espaços de Acolhimento. Pois,

Embora as leis e normas do campo da infância preconizem esses locais como espaços laicos, de acolhida, proteção, que devem ser livres de violações de direitos essas diretrizes não se colocam de forma mecânica. São lugares que reproduzem disputas de poder, hierarquizações, racismo, intolerância,

violências, pois são construídos por sujeitos, os quais vivem dialeticamente a realidade social permeada por essas determinações e limites para o direito (Saraiva, 2019, p. 192).

Assim, nas realidades institucionais analisadas, o que pode ser postulado é uma vivência sob a orientação de dogmas religiosos difundidos a partir de um único grupo religioso, não restando aos infantes e jovens abertura para conhecer e/ou experienciar possíveis outros caminhos de espiritualidade. Portanto, faz-se necessária a defesa de uma postura profissional contra qualquer tipo de intolerância, visando uma prática cujo horizonte é a consolidação dos direitos, incluindo assim a liberdade religiosa (*ibidem.*, 2019).

No que concerne às questões raciais, nos Acolhimentos A e B, alguns adolescentes relataram ter presenciado e vivenciado manifestações de cunho racista, especialmente no ambiente escolar. De forma específica, no Acolhimento A, os participantes também mencionaram a ocorrência de ofensas racistas no próprio ambiente institucional, manifestadas por outros acolhidos. Já no Acolhimento B, os adolescentes optaram por não aprofundar a discussão sobre o tema no âmbito da Unidade. Nesta instância, o indicado na fala dos adolescentes foi que o assunto não é abordado com frequência no cotidiano institucional. Entretanto, as pesquisadoras relataram a presença de panfletos a respeito da temática espalhados pelo espaço.

Em contraposição, no Acolhimento C, os acolhidos afirmaram não identificar situações de preconceito racial em seu dia a dia, tampouco relataram experiências pessoais relacionadas a esse tipo de discriminação.

Nesse contexto, a temática racial mostrou-se mais acentuada no Acolhimento A, pois observa-se que as manifestações de racismo interferem de forma direta e significativa na constituição da subjetividade das crianças e adolescentes, uma vez que, alguns deles relataram que não querem ser negros, ter cabelo crespo ou pele preta, especialmente as crianças entre a segunda e terceira infância. Quando perguntados sobre o motivo, sinalizaram que “*ser preto é ruim*” (Michael Jackson, 2025) e que “*se fosse branco, iria conseguir me esconder nas nuvens quando fosse para o céu, lá é tudo branquinho*” (Super Choque, 2025).

Ademais, no Acolhimento A também houve comentários sobre o desejo de terem o cabelo liso, como os das pesquisadoras, pois essa característica seria a “*bonita*”. Diversas meninas elogiaram os cabelos lisos, mencionando que era “*bonito porque é liso*” (Peppa Pig, 2025), afirmando que não consideram seus próprios cabelos bonitos, frequentemente os descrevendo como “*difíceis de cuidar*” (Peppa Pig, 2025) e

associando o liso à beleza, praticidade e possibilidade de fazer penteados. Uma adolescente ainda relatou ter sofrido um corte químico ao tentar fazer uma progressiva sozinha.

Além disso, destacaram-se também conflitos recorrentes entre as meninas, nos quais são proferidas ofensas relacionadas à aparência física, especialmente ao cabelo. Expressões como *“cabelo ruim”*, *“cabelo de pico”* ou afirmações de que o cabelo é *“feio”* e, por isso, *“precisa ser alisado”*.

Por outro lado, os meninos adolescentes demonstraram orgulho da própria cor, mesmo diante das dificuldades que enfrentam. Os mesmos relataram já terem sido vítimas de racismo dentro do Acolhimento, por parte de outros acolhidos que os ofenderam com xingamentos. Um deles contou ser chamado de *“carvão”* e *“macaco”*, além de ouvir chacotas por sua aparência física, dizendo fazerem piadas sobre o espaço entre seus dentes e que o chamam de *“quatro olhos”* por usar óculos.

Ao serem questionados se essas situações são discutidas com a equipe do Acolhimento A, responderam que sim, mas explicaram que, geralmente, as orientações recebidas se limitam a *“não ligar”*, *“deixar pra lá”* ou *“evitar brigas”*. Também enfatizaram que raramente há uma conversa mais profunda sobre o caráter discriminatório dessas atitudes ou uma intervenção voltada à conscientização de quem pratica tais ofensas.

Dessa forma, os acolhidos completaram afirmando que, com o tempo, passaram a ignorar as situações de racismo, pois acreditam que essa discriminação não impede que as pessoas alcancem determinadas conquistas. Percebe-se assim que os sujeitos nessa instituição não relacionam o racismo à desigualdade social e tendem a associar a superação desse preconceito ao alcance de recursos financeiros.

Em face ao esmiuçado, é indispensável pontuar sobre os impactos do racismo, que em sua multidimensionalidade

[...] é sempre estrutural, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência em que moldam a vida social contemporânea (Almeida, 2019, p. 21).

Desse modo, o racismo “tece com fio de seda e lâmina de navalha sua perversidade, que se manifesta na linguagem verbal e não verbal e em diversas práticas sociais que atravessam e afetam a constituição da subjetividade da população preta”

(Carvalho; Gonçalves, 2023, *n.p.*), deixando marcas profundas nos processos psicológicos de formação da identidade, autoimagem e autoestima, especialmente nos momentos de infância e adolescência. Além disso, também deve-se considerar os impactos objetivos que reforçam as estruturas sociais excludentes e hierarquizadas.

Nessa perspectiva, é válido compor uma crítica quanto à omissão relativa ao racismo no interior das instituições públicas que compõem a Rede de Proteção Social para infantes e jovens, bem como a desconsideração de que seus impactos amplificam o sofrimento e o sentimento de não pertencimento entre as crianças e adolescentes negros. Portanto, considera-se que para que seja possível o enfrentamento dessa realidade, é essencial que a existência dessas práticas seja reconhecida e não abafada sob o discurso da necessidade de passividade completa dos vitimizados (Galoní *et al.*, 2023).

4.2 Autonomia e perspectivas futuras

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento Institucional (Brasil, 2009), a autonomia dos acolhidos deve ser priorizada e respeitada não apenas por meio da escuta de suas opiniões, mas, sobretudo, mediante o trabalho de fortalecimento de suas potencialidades e de preparação planejada para a vida adulta e para o desligamento institucional. Nesse aspecto, a pesquisa buscou compreender qual a concepção de autonomia apresentada pelos acolhidos, bem como identificar as ações desenvolvidas no âmbito institucional voltadas ao seu fortalecimento.

Nesse sentido, quando perguntados sobre o significado de autonomia, no Acolhimento A, Sung Jin-Woo (2025) falou que era “*ter responsabilidade sobre as coisas da sua própria vida*” e “*conseguir fazer as coisas sozinho*”, “*como na lição de casa*”. Outros comentaram que concordavam que poderia ser isso, mas achavam que seria “*ter dinheiro para fazer o que quiser*” (Michael Jackson, 2025), “*é quando a gente tem dinheiro*” (Super Choque, 2025).

No Acolhimento C, alguns afirmaram não saber definir a categoria, enquanto outros a associaram a expressões como “*ter atitude*”, “*conhecer as coisas*”, “*ter conhecimento*” e até mesmo ter “*criptomoeda*”. No desdobramento do momento de significação do conceito na aplicação da atividade, além da menção às *criptomoedas*, relataram que, no futuro, almejam conquistar patrimônios, como carros, casas em condomínios, mansões, jatinhos e motos, bem como alcançar riqueza e obter um bom emprego. Destacaram, ainda, a importância de investir

como estratégia para obtenção de recursos financeiros, evidenciando que associam autonomia, sobretudo, à estabilidade econômica.

A compreensão acerca da autonomia estar fortemente vinculada a aspectos financeiros, à posse de bens materiais e à inserção no mercado de trabalho, repetiu-se no Acolhimento A, entre as adolescentes, cujos apontamentos consistiram em destacar que não poderiam ter autonomia no momento presente mas, no futuro, poderiam ter; o que para elas significava estar: *“bem rica, podendo fazer tudo e bombando”* (Nelly, 2025), *“feliz e ter uma vida boa”* (Carolina, 2025), enquanto Danielle (2025) falou que queria estar com uma *“moto bem boladona, para dar um grau”*, *“eu queria passar para pegar todas as minhas amigas na garupa e a gente dá vários rolês, bem rica, rica rica rica rica, muito rica”*.

Além disso, entre os adolescentes também foi dito que outra forma de se ter autonomia seria *“ter sucesso”*, pois isso possibilitaria ter dinheiro. Quando questionados sobre qual significado atribuíam a essa palavra, Danielle (2025) respondeu que é *“ter fama, ficando muito famosa”*, enquanto Victória que seria ter muito dinheiro, enquanto Nelly (2025) comentou que *“pra muita gente essa coisa do dinheiro e do sucesso e da fama é ser uma pessoa bem-sucedida, mas pra mim não é não... é viver bem, tá feliz com o meu filho”*. Já Oruam e Sung Jin-Woo falaram que é *“ser famoso”*, dando o exemplo de atletas muito bons que *“foram descobertos porque alguém olhou e pensou: esse tem potencial, tem talento”*, e *“quando se tem fama, tem dinheiro e isso é ter sucesso”* (Oruam, 2025).

Para mais, as crianças pequenas do mesmo Acolhimento, ligaram a categoria à organização de seus brinquedos, indicando saberem que, se desorganizarem algo, devem arrumar. Enquanto as crianças do Acolhimento B, afirmaram que não sabiam ou que nunca tinham ouvido essa palavra antes, uma criança perguntou se *“autonomia é uma estrela?”* e outra sugeriu que poderia ser *“um monstro”*.

Em paralelo, no Acolhimento B, quando questionados sobre suas expectativas para o futuro, muitos adolescentes demonstraram dificuldade em se expressar. Mas, de modo geral, mencionaram o desejo de se tornarem milionários.

Outrossim, quando questionados sobre a autonomia no campo das relações interpessoais, as crianças do Acolhimento A sugeriram que, quando ocorrem desentendimentos e brigas entre si, não tentam conversar, mas esperam um adulto resolver. E, quando não dá *“tempo de esperar o Educador chegar, [...] a gente parte pra porrada”* (Neymar, 2025). Venom concordou com a afirmação e comentou que, talvez, brigar para resolver os conflitos também fosse ter autonomia.

O mesmo se repete no Acolhimento C, cujos acolhidos indicaram que costumam solucionar conflitos por meio de brigas, chegando a mencionar a expressão *“quebrar a pessoa”*. Tal posicionamento evidencia que, para eles, exercer autonomia, nesse contexto, também está associado à imposição pela força ou ao enfrentamento agressivo.

No referente a fazer as tarefas domésticas, todos pontuaram que, no Acolhimento A, lavam os banheiros, varrem o pátio e a casa, dentre outras atividades, só não lavam a louça porque não podem. Nesse sentido, os meninos adolescentes explicaram que os mais velhos têm mais acesso à cozinha, quando supervisionados. Derek Hale (2025) trouxe que *“aqui, as tias da cozinha deixam a gente livre para cozinhar, caso a gente queira, e elas ensinam também. É bom para a gente criar autonomia para sair daqui”*.

Contudo, esse apontamento gerou grande discussão entre os adolescentes e as crianças que estavam presentes, uma vez que os mais novos comentaram que, para eles, é proibido fazer coisas na cozinha e que *“tudo quem tem que fazer são as moças da cozinha, mesmo a gente sabendo. [...] Nem passar o pão na manteiga a gente pode”* (Hulk, 2025). Por conseguinte, os mais novos compartilharam sentirem ter mais autonomia em casa, do que na Unidade.

Essas pontuações acaloraram o debate, pois quando os adolescentes colocaram que a justificativa para meninos mais novos não poderem realizar tais ações seria a pouca idade. Os demais contestam o fato de meninas mais novas que eles poderem executar as tarefas que gostariam: *“ela [a Gerente] nunca deixa a gente [fazer essas atividades], só elas [as meninas]”*.

Reforçando a argumentação levantada pelos meninos, as meninas sinalizaram que já fazem todas as atividades listadas, mesmo sendo mais novas do que os meninos, evidenciando mais uma vez a questão de gênero. Ademais, as adolescentes comentaram acharem importante saberem realizar afazeres da cozinha, mas indicaram que sua inserção na realização destas, não partiu delas.

Em adição, no Acolhimento B, de maneira geral, as pesquisadoras observaram que a maioria das meninas, a partir dos 6 anos de idade, já apresenta autonomia em diversas tarefas do cotidiano. Entre essas atividades estão tomar banho, escolher e vestir as próprias roupas e escovar os dentes. Também foi possível observar que as acolhidas mais velhas costumavam auxiliar as mais novas em algumas tarefas, como na escovação dos dentes, ajudando-as a aprender para que, posteriormente, consigam realizar essas atividades sozinhas.

Em geral, percebe-se que, no Acolhimento A, as ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades para a autonomia partem da iniciativa dos próprios acolhidos, quando referente aos meninos, mas da equipe quando se refere às meninas, haja vista que enquanto os meninos mais velhos relataram que foram eles que demonstraram interesse em aprender a cozinhar, as meninas esboçaram que, desde a infância, são frequentemente socializadas para assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado e tarefas domésticas, atividades que constituem o trabalho de reprodução social, enquanto os meninos são historicamente socializados para a produção (Allain, 2023). Soma-se a isso, a percepção de cuidado associada às mulheres, que já as inclui nesse ciclo desde muito novas, como explicitado no contexto do Acolhimento B.

Na Unidade C, os acolhidos relataram possuírem autonomia quanto à organização de seus próprios espaços, como seus nichos nos armários. Mas, ao contrário do Acolhimento A – no qual a maioria das respostas foi positiva quanto gostarem de realizar as tarefas domésticas –, destacaram que consideram as atividades domésticas desagradáveis. Alguns demonstraram ter domínio nas tarefas de limpeza, embora não apreciem a tarefa, enquanto outro mencionou sentir-se autônomo por saber cozinhar.

No tangente à autonomia para opinar nas regras institucionais, a resposta unânime entre os acolhidos do Acolhimento A, foi que podem opinar e indicar aquilo que não gostam, mas que suas opiniões não fazem com que as regras e coisas que não gostam, de fato, sejam modificadas.

Por outro lado, no Acolhimento C, a resposta para a mesma pergunta foi a afirmação de que não é permitido deliberar opiniões acerca das regras e práticas. Já no Acolhimento B, observou-se que os adolescentes demonstraram certa hesitação para responder ao questionamento, reagindo a tal se olhando entre si e apresentando respostas breves e pouco elaboradas, limitando-se a afirmar que *“algumas coisas sim e outras não”* (Acolhido 2B, 2025), sem manifestar interesse ou iniciativa em especificar a quais aspectos se referiam.

Ainda no campo da autonomia, no Acolhimento A, quando questionados acerca do que gostariam de fazer para serem mais independentes, Tanjirō Kamado indicou que gostaria de aprender a ler, outros concordaram que as situações que acham mais difíceis de lidar sozinhos, são os momentos em que precisam ler, mesmo aqueles que se dizem mais independentes. Assim, comentaram que gostaria de ter um mediador na escola, pois *“fica muito difícil pra mim, todo mundo faz a atividade e eu fico sem fazer nada, tentando fazer”* (Tanjirō Kamado, 2025). Scott McCall (2025) concordou: *“seria muito*

bom ter alguém pra ajudar nas lições na hora da aula. A professora deixa a atividade e larga a gente que tem dificuldade”.

Em concordância, no Acolhimento B, todos os adolescentes mencionaram a leitura como uma das principais dificuldades. Relataram que ainda dependem de outras pessoas para realizar leituras, o que também se reflete nas atividades escolares do cotidiano, nas quais também afirmaram apresentar grande dificuldade. No que se refere ao Acolhimento C, um dos adolescentes afirmou que não aprecia a escola, qualificando-a como *“ruim e cruel”*.

Além disso, as crianças e adolescentes em todas as instituições mencionaram as séries em que estão matriculados na escola, o que permitiu à equipe observar uma evidente distorção entre idade e série entre os participantes.

Contudo, tanto no Acolhimento C quanto no Acolhimento A, foi ressaltada a relevância da escola, argumentando que ela é fundamental *“para ser alguém na vida”* (Acolhido 1C, 2025). Pois, segundo eles, sem os estudos, não seria possível alcançar objetivos como ingressar na faculdade ou conquistar melhores oportunidades.

No geral, entre os adolescentes de todas as instituições, foi possível perceber que eles demonstram conhecimento e domínio em relação aos horários cotidianos e de seus compromissos diários. Observa-se que todas apresentam uma rotina bem estruturada e organizada, com regras claras quanto aos horários. Nesse contexto, os adolescentes mostram estar cientes da importância de cumprir os horários estabelecidos e sabem que não devem se atrasar para suas atividades e compromissos.

Acerca das perspectivas de vida, Nick Burkhardt é indicado, no Acolhimento A, pela maioria dos meninos como alguém que admiram, pois trabalhava no supermercado *SuperBom*. Ele foi frequentemente descrito como um exemplo a ser seguido, especialmente por ter conquistado um bem próprio – uma bicicleta – como fruto de seu trabalho. Esses relatos revelam o valor simbólico que ter um emprego adquire no imaginário dos acolhidos, algo reforçado pelas pontuações das crianças e adolescentes no Acolhimento B, no qual destacaram os acolhidos que estão inseridos nos cursos de preparação para o mercado de trabalho promovidos pela Obra do Salvador⁴.

Para mais, de modo geral, no Acolhimento A, os meninos expressaram o desejo de seguir carreiras como: policial, militar, bombeiro ou jogador de futebol; já as

⁴ Instituição filantrópica e educacional sem fins lucrativos que oferece cursos de Jovem Aprendiz, além de oficinas nas áreas de tecnologia, artes, culinária e empreendedorismo.

meninas, quando questionadas sobre seus sonhos e planos, apresentaram respostas diversas, algumas disseram que gostariam de se tornar médicas, outras manifestaram o desejo de trabalhar em outro Acolhimento, algumas que gostariam de enriquecer, outra afirmou que gostaria de trabalhar em um posto de gasolina, por achar interessante o ato de abastecer carros.

Nesse aspecto, no Acolhimento C, as profissões listadas foram advogado e médico. Ademais, um dos participantes afirmou que seu maior receio em relação ao futuro é não conseguir um emprego, o que, em sua percepção, implicaria a ausência de autonomia financeira, considerada fundamental tanto para realizar compras quanto para contribuir com as despesas de casa.

No Acolhimento B, relataram que gostariam de seguir algumas profissões, porém destacaram que percebem essas carreiras como muito exigentes. Entre os exemplos citados: advogado, modelo e jogador de futebol, que, segundo eles, demandariam grande esforço e dedicação.

No contexto da autonomia de ir e vir, em relação à capacidade de se deslocarem sozinhos pela cidade, a maioria dos adolescentes, nas três Unidades, afirmaram que sabem se locomover de forma autônoma. De modo geral, os adolescentes destacaram conhecer as rotas de ônibus e *vans* da cidade. Um dos acolhidos do Acolhimento C relatou, inclusive, que sabe utilizar o transporte público, mencionando que, quando evade do Acolhimento, costuma circular pela cidade dessa maneira. Além disso, afirmou que também sabe solicitar transporte por aplicativos, como o *Uber*.

Frente ao explicitado, pontua-se que os Acolhimentos Institucionais devem trabalhar para fomentar a autonomia das crianças e adolescentes, inserindo-os nos processos decisórios referentes ao seu desenvolvimento, com vistas a prepará-los para a vida após o desligamento, não apenas no que se refere à promoção de oportunidades no mercado de trabalho, mas também fortalecendo a autonomia cotidiana.

Nessa perspectiva, Perez (2018) sublinha que o fortalecimento da autonomia dos acolhidos torna-se viável quando estes deixam de ser compreendidos apenas como usuários dos Serviços de Acolhimento e passam a ser reconhecidos como protagonistas de suas próprias trajetórias. Desse modo, para além da função protetiva, os Serviços devem ser qualificados para atuar de forma abrangente em aspectos relacionados às atividades da vida cotidiana, aos estudos, à preparação para o mundo do trabalho, aos relacionamentos interpessoais, à vivência comunitária e à construção do projeto de vida.

Portanto, com base no conteúdo extraído durante a realização das visitas, pode-se afirmar que esses Serviços ainda têm um longo caminho a percorrer para que essa qualificação institucional possa dar-se em absoluto. Assim, identifica-se a necessidade de as equipes atuantes realizarem uma retomada do próprio conceito de autonomia.

4.3 Um olhar para a cidade: problemas e soluções elencados pelos acolhidos

Para subsidiar as reflexões, as oficinas tiveram como questões norteadoras a identificação de lugares que os acolhidos gostavam ou não de frequentar. No acolhimento A, as respostas giraram em torno dos mesmos lugares. Quando perguntados quanto aos locais que mais frequentavam, responderam suas igrejas, escolas, o parquinho localizado em frente à unidade, *shoppings* – *Partage* e *Guarus Plaza* para irem ao cinema –, uma quadra de futsal, o centro da cidade, bem como o polo antigo da Universidade Federal Fluminense (UFF), em função dos atendimentos realizados pela equipe do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) – serviço oferecido pelo Departamento de Psicologia da universidade, que funciona como clínica-escola para a comunidade.

Sobre os lugares que mais gostavam de ir, pontuaram à praia, Lagoa de Cima, Grussaí, Farol, *McDonald's* e Maracanã – para assistir jogos do Flamengo, uma vez que projetos sociais realizam visitas guiadas e levam grupos de acolhidos para assistir a partidas no referido estádio.

Os meninos mais novos falaram muito da importância afetiva que alguns lugares têm para eles, explicando que geralmente gostam mais de onde podem jogar futebol, destacando um local que chamaram de “quadra de Pádua” e o Campo da Boa Vista (o qual um dos acolhidos explicou ficar atrás do *shopping* de Guarus).

A maioria das crianças preferiram desenhar apenas a instituição, afirmando não conhecerem a cidade tão bem quanto o espaço em questão. Contudo, aqueles que decidiram representá-la trouxeram prédios altos com muitas janelas, acompanhados de elementos como semáforos, faixas de pedestres, ruas movimentadas com carros, ônibus, motos e bicicletas, além de cruzamentos, a Ponte Leonel Brizola e o Rio Paraíba do Sul, pássaros, árvores e bancos de praça. Nas raras exceções em que pessoas apareciam nas ilustrações, foi indicado serem representações de si mesmos. Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo aqueles que escolheram representar a cidade, iniciaram seus desenhos pela representação da unidade na qual estavam institucionalizados.

Mediante o exposto, o movimento de representar a cidade através do acolhimento ou partindo dele, pode ser explicado pelo perfil dos sujeitos ali institucionalizados, uma vez que foi indicado tanto pelos profissionais atuantes na unidade, quanto pelos próprios acolhidos, que eles estão há mais tempo em situação de acolhimento e, a grande parte deles, com laços totalmente rompidos e estando fora do perfil prioritário para adoção.

No acolhimento B, quando questionados sobre quais lugares da cidade conheciam, os adolescentes mencionaram locais como: a Comunidade da Baleeira, as áreas residenciais populares Tapera 1 e 2 e Ururaí, que são as mais próximas dos seus territórios de origem. Além disso, uma das crianças relatou que conhece e gosta de frequentar a pracinha do Parque *Flamboyant*, destacando que aprecia o local por possuir brinquedos. Em contrapartida, mencionou não apreciar o distrito de Atafona, localizado no município de São João da Barra-RJ (o qual faz divisa com o município de Campos dos Goytacazes), justificando que o motivo se relacionava à ressaca do mar que tem tomado as casas localizadas na costa litorânea.

Ressalta-se que uma das meninas relatou que gostaria de voltar a visitar lugares que faziam parte de sua rotina antes da institucionalização, como a Lagoa de Cima. Segundo ela, nadar na lagoa trazia lembranças de momentos vividos com a família.

Quanto ao acolhimento C, em um primeiro momento, alguns participantes estabeleceram relações com memórias familiares, mencionando localidades como São João da Barra (RJ) e Ouro Preto (MG). Nesse contexto, o município de Ouro Preto também foi citado por um dos adolescentes como um local que descreveu como “*ideal*”, relatando ter memórias do avô lá. Os demais indicaram alguns bairros que consideram positivo. Também apontaram que, para ser considerado ideal, um bairro deveria contar com determinados serviços e espaços, como comércio, hospital, farmácia, *shopping* – local apontado por eles como importante para passear e encontrar pessoas –, posto de gasolina e escola.

Ao falarem sobre os lugares da cidade de que mais gostavam, surgiram respostas como os bailes *funk*, destacados sobretudo pela presença das “*novinhas*”. Por outro lado, alguns afirmaram que não há muitos atrativos no município, indicando que ele seria mais interessante se houvesse mais “*agitação*” e ainda mais bailes. Já em relação aos lugares considerados mais importantes da cidade, foram mencionados a praia, o circo, a Favela Portelinha e a Comunidade Tira Gosto e o bairro Novo Jockey.

Nesse mesmo acolhimento, os adolescentes relataram que os passeios promovidos pela instituição incluem visitas ao Teatro *Trianon* e a parques de diversão.

Também mencionaram frequentar outros espaços da cidade, como o *shopping*, além de participarem de eventos na Igreja Universal do Reino de Deus, em uma associação civil onde realizam cursos preparatórios, idas ao psicólogo, às oficinas de conversas da Central de Regulação de Vagas (CRV), além de indicarem a praça do Liceu como um local que conhecem, pois passavam por lá para chegar às aulas do curso. E, antes do acolhimento, os bailes *funk*. Aqui, é válido destacar que, durante essa conversa, um dos acolhidos destacou que não lhe é permitido frequentar um terreiro, local indicado por ele como o espaço cultural e de convivência que lhe é mais significativo.

A partir das falas das crianças e dos adolescentes acolhidos, foi possível identificar dois movimentos interligados na forma como percebem e atribuem significado aos espaços. O primeiro refere-se à identificação desses espaços com base em suas lembranças afetivas, considerando as experiências que lhes traziam conforto e bem-estar; já o segundo os identifica por meio de seus pontos positivos. Em ambos os casos, o lazer e o brincar mostraram-se presentes, evidenciando a importância desses elementos para o desenvolvimento infantojuvenil. Nesse sentido, cabe destacar que, de acordo com Borba (2009), é por meio do brincar que as crianças e também os adolescentes produzem cultura e constroem sentidos sobre o mundo em que vivem, sendo que, para Corsaro (2011), é justamente pelo brincar, pelo lazer e pela cultura que elas se apropriam dos valores, das informações e dos conhecimentos do mundo adulto, a fim de produzir suas próprias culturas de pares, em um processo que o autor denomina reprodução interpretativa.

Assim, os participantes realçam a importância dos espaços de lazer e de brincar, os quais precisam estar acessíveis a todos, seja mediante praças, parques e áreas públicas, quanto a partir de festas, teatros e demais pontos de cultura.

4.3.1 A cidade desejada

As crianças e adolescentes não apenas habitam a cidade: elas a interpretam, ressignificam e nela projetam seus desejos, tendo como referência mais imediata seus territórios de moradia. Logo, ao escutá-los, torna-se possível compreender que suas narrativas apontam caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora para todos.

Assim, as crianças e adolescentes acolhidos falaram sobre a cidade que desejam. Os meninos do acolhimento A afirmaram que gostariam de criar mais espaços para que pessoas em situação de rua pudessem ter uma casa, com ar-condicionado, acesso à

alimentação e pessoas cuidando delas. Neymar afirmou que: *“para as pessoas mais pobres, daria casas para quem não tem”* (Neymar, 2025).

No que se refere às sugestões advindas do acolhimento C os acolhidos mencionaram possíveis modificações nas leis e a implementação de um metrô com ar-condicionado. Além disso, também ressaltaram a necessidade de mudanças na situação dos parques, cujos brinquedos encontram-se degradados. Ao mesmo tempo, alguns acolhidos destacaram como positivo o *shopping* e o centro da cidade – este último por oferecer produtos com preços mais acessíveis –, mencionando que deveriam existir mais locais como aqueles.

Tanto no acolhimento A quanto no C foram sublinhadas pela maioria dos adolescentes questões relacionadas ao transporte público como, por exemplo, a falta de ônibus e também de respeito entre as pessoas dentro deles. Ademais, também apontaram aspectos relacionados à infraestrutura urbana, como o mau cheiro presente no Mercado Municipal e o odor de urina nos banheiros públicos e em alguns outros pontos do centro da cidade, fato que comentaram achar desagradável.

Por conseguinte, os relatos evidenciam questões relativas ao acesso a políticas de proteção social, cuja oferta tende a ser restrita nesses territórios, o que revela uma negligência de natureza estatal que contribui para que grande parte dos acolhimentos ocorra sob o prisma da negligência familiar.

Observa-se, também, que, ao narrarem os receios ligados à violência, ao tráfico e à presença ostensiva da polícia, os acolhidos revelaram o desejo de habitar uma sociedade menos hostil, na qual houvesse a possibilidade de ir e vir sem restrições. Diante disso, reafirma-se o argumento de Tonucci (2020), segundo o qual uma cidade planejada a partir das necessidades infantis resulta, consequentemente, em melhores condições de vida para o conjunto de seus habitantes.

Em continuidade, no que se refere às percepções dos adolescentes do Acolhimento C sobre a cidade, observou-se certo distanciamento afetivo, sendo esta frequentemente descrita como marcada pela precariedade e pela ausência de expectativas quanto a possíveis melhorias. Assim, apontaram que promoveriam melhorias na infraestrutura dos territórios nos quais estão e/ou estiveram inseridos, destacando especialmente a escola, tanto em relação à quantidade de unidades quanto às condições de estrutura física.

Nesse sentido, mencionaram problemas como os espelhos dos banheiros masculinos e as portas em mau estado, indicando como melhorias para esse ambiente escolar a implementação de quadras e piscinas. Entre as sugestões para mudanças

gerais na cidade, mencionaram modificações nas leis e a implementação de um metrô com ar-condicionado. Além disso, também ressaltaram a necessidade de mudanças na situação dos parques, cujos brinquedos encontram-se degradados.

Além disso, tanto no Acolhimento A quanto no C foram sublinhadas dificuldades importantes no campo educacional, destacando-se períodos prolongados sem acesso regular às aulas, a realização de avaliações sem que tivessem sido previamente preparados ou expostos ao conteúdo.

Quando questionados sobre o que mudariam na cidade, a maioria dos adolescentes mencionou questões relacionadas ao transporte público, destacando sua insuficiência, bem como a percepção de falta de respeito entre os passageiros no interior dos ônibus. Além disso, também apontaram aspectos relacionados à infraestrutura urbana, como o mau cheiro presente no Mercado Municipal e o odor de urina em banheiros públicos e em alguns pontos do centro da cidade, que consideram desagradáveis.

4.4 E o que dizem sobre o acolhimento?

As percepções sobre o acolhimento também apareceram nas falas dos acolhidos, ainda que não tivessem sido provocadas, diretamente, pelas pesquisadoras. Quando questionados a respeito de um lugar que não gostam na cidade, algumas crianças no Acolhimento A, responderam o próprio Acolhimento, *“eu não gosto daqui”* (Neymar, 2025). Assim, quando perguntados o que mudariam para melhorar o espaço, Venom (2025) respondeu que *“eu tombava [...] aqui não deveria mais existir na cidade”*.

Em complemento, Victória e Luísa afirmaram que a experiência no Acolhimento é *“horrível”* e que não recomendariam a ninguém o conhecer, comentando que *“chamaria a pessoa de doida, pra que vir aqui?”* (Victória, 2025), caso alguém quisesse conhecer o espaço por vontade própria, indicando que há dias em que a convivência não é tão ruim, mas não gosta de nada no Acolhimento, exceto o fato de ter comida e passeios.

No tocante ao acolhimento C, destacaram também não possuir memórias favoráveis do local; ao contrário, os relatos tenderam a enfatizar a rigidez do ambiente, o que lhes traria a sensação de ausência de privacidade. Nesse sentido, relataram o fato de se sentirem constantemente observados ou acompanhados, afirmando, por exemplo, que não podem *“nem dormir sozinhos no quarto”* (Acolhido 6C, 2025).

No que se refere a este tópico, os acolhidos ressaltaram diversas restrições relacionadas à sua rotina. Com isso, relataram que não podem circular sozinhos e que precisam informar aos Educadores todas as atividades que realizam, além de seguir rigorosamente os horários estabelecidos. Nesse contexto, alguns descreveram o Acolhimento como *“um presídio”* e *“pior que o Degase”* (Acolhido 7C, 2025), afirmando que *“não podem nada, tudo é mandado”* (Acolhido 8C, 2025). Também voltaram a mencionar a questão da alimentação, destacando que se sentem *“obrigados a comer”*.

Além disso, apontaram que os Educadores permanecem em todos os espaços do Acolhimento, em parte devido ao receio de que possam pular os muros, tendo em vista que alguns relataram já terem evadido, ou utilizado a piscina sem supervisão. Assim, afirmaram que *“o educador está 24 horas”* (Acolhido 8C, 2025) os supervisionando. Ainda assim, apesar da percepção de constante vigilância, os adolescentes indicaram manter uma boa relação com os profissionais.

Esse movimento revela-se dialético, uma vez que, como indicado pelos acolhidos: quanto mais supervisão, mais sentem vontade de evadir. Em contrapartida, o relatado pelos representantes da instituição é que a justificativa para a constante vigilância é o grande quantitativo de tentativas de evasão por parte dos adolescentes.

O tópico sobre privacidade também foi levantado no Acolhimento B, onde, ao serem questionados sobre encontros com amigos, um dos acolhidos relatou que esses momentos de convivência costumam ocorrer no próprio Acolhimento, reunindo-se no quarto, ou ainda no refeitório da escola. Assim, destacaram que os espaços institucionais que mais gostam são justamente o quarto e a quadra, por possibilitarem momentos de maior privacidade.

A questão da falta de privacidade também foi identificada em diferentes momentos no Acolhimento A. Em uma das situações, algumas crianças relataram o incômodo de tomar banho na Unidade, em função das batidas na porta pressionando para que terminassem rapidamente, o que fazia com que precisassem se apressar. Um dos meninos também mencionou o desconforto de, em certas ocasiões, precisarem trocar de roupa no quarto com a porta aberta devido ao pouco tempo disponível para utilizar o banheiro.

Em outros momentos, os participantes solicitaram às pesquisadoras que algumas conversas fossem realizadas de forma reservada, para evitar que determinadas situações fossem expostas diante de todos. Isso ocorria porque, em praticamente todos os espaços da instituição, havia a presença constante de algum funcionário ou acolhido.

Dessa forma, certas conversas precisaram ser feitas em locais mais estratégicos, como entre pilastras e nos cantos da varanda ou na quadra.

Uma possível justificativa para a falta de privacidade nessa instituição pode estar relacionada à quantidade de acolhidos, já que o número de crianças e adolescentes ultrapassa o limite permitido. Essa superlotação tende a gerar dificuldades na organização dos espaços e na rotina.

Acerca de como é viver no Acolhimento, os adolescentes da instituição C, acrescentaram, ainda, que, se tivessem que descrever como é viver na instituição, afirmariam que a experiência não é positiva, relatando a sensação de que *“vivem trancados”* (Acolhido 1C, 2025). Mencionaram também que não podem portar dinheiro, não têm acesso às redes sociais e sentem que há muita pressão no cotidiano institucional, chegando a compará-lo a um ambiente *“pior que cadeia”* (Acolhido 3C, 2025).

No Acolhimento A, no geral, os meninos mais novos mencionaram que as lembranças positivas no Acolhimento estão relacionadas aos jogos que assistem juntos e, em especial, aos dias de partidas importantes, pois todo o Acolhimento se reúne para assistir junto e comemorar. Peppa Pig e Carolina mencionaram que, para elas, o momento mais especial é o Natal, principalmente por causa das decorações que ajudam a produzir e da celebração da ceia natalina. Enquanto algumas crianças disseram não ter momentos que gostariam de destacar.

Já Derek afirmou compreender a importância do *“abrigo”*, destacando que reconhece que, nesse espaço, possui mais oportunidades e que, sem o Acolhimento, estaria vivendo nas ruas. Pontualmente, comentou que no dia da final da Libertadores, houve um tiroteio próximo ao local do Acolhimento e que eles chegaram a ouvir os disparos, indicando ter ficado um pouco assustado, mas que não sentiu medo, pois se sentia protegido ali, afirmando: *“aqui eu estou seguro”*, pois já presenciou outros tiroteios anteriormente e, portanto, sabe *“reconhecer quando está em um local seguro ou não”*.

Isto posto, expressou que estaria *“sofrendo mais”* caso não estivesse ali. Ressaltando ainda a importância da alimentação no Acolhimento, relatando que antes passava muita fome. Para reforçar essa constatação, citou o exemplo de Oruam, que, segundo ele, era magro quando chegou e atualmente está *“gordo”*, pois se alimenta adequadamente agora. Derek enfatizou diversas vezes a necessidade de ser *“grato ao abrigo”*, afirmando que, sem ele, estariam *“vendendo drogas e morando na rua”*.

Esse sentimento de gratidão pode ser explicado, segundo Filho e Guzzo (2006), em função do fato de que “no contexto de uma sociedade desigual, o fato de se ter comida em casa, ou de se ter um emprego [...] configura-se como um fator de suma importância para essas crianças e adolescentes – que sabem das dificuldades que a vida reserva para aqueles que vivem ao seu redor”.

Em linhas gerais, ao indicarem o que gostariam de criar ou mudar no Acolhimento, caso tivessem essa possibilidade, a resposta foi unânime entre os adolescentes das três Unidades: o uso de celular. Os participantes relataram que não têm permissão para utilizá-lo, indicando que gostariam de ter acesso a esse recurso no cotidiano.

Quanto às especificidades, no Acolhimento A, as propostas giraram em torno de mudanças quanto ao banimento da divisão em módulos, advindas por alguns acolhidos. Enquanto no Acolhimento C, foram apresentadas outras sugestões. Entre elas, mencionou-se a instalação de *internet* em todos os cômodos, acesso ao *YouTube*, além de uma reforma na sala onde a atividade estava sendo realizada. Outras propostas incluíram a instalação de ar-condicionado nos quartos e a realização de pinturas em alguns cômodos da instituição.

Compreende-se a origem do sentimento do Acolhimento como um presídio, vide suas semelhanças em termos de confinamento, vigilância e, sobretudo, o que compreendem enquanto “privação de liberdade”, já que está parece associar-se não apenas a andar livremente, mas também a fazer amigos e poder brincar quando, onde e como quiserem: na rua, na escola ou em qualquer outro lugar por escolha própria; algo que traz felicidade, ainda que momentânea, para muitas crianças e adolescentes, funcionando enquanto uma escapatória para o medo (Filho; Guzzo, 2006).

Além disso, muitos infantes e jovens que passam pelo processo de institucionalização, identificam os Acolhimentos como “nem rua, nem casa”. Esse sentimento é explicado por Amaral (2011), que indica que o ato de acolhimento institucional tende a colocá-los “[...] num momento de estagnação, onde não só a medida de proteção é provisória, mas todo o seu momento congela, submerso nas frias relações que lhe são impostas” (p. 173).

4.5 Convivência familiar

Durante o andamento das oficinas no Acolhimento A e B, os acolhidos mencionaram com frequência seus irmãos e o afastamento forçado entre eles,

relatando histórias de irmãos que foram adotados, transferidos para outras Unidades e/ou que já haviam deixado o Acolhimento. Esse panorama foi elucidado em uma ocasião no Acolhimento B, quando uma das participantes se apresentou muito abalada, pois sua irmã mais nova estava em processo de adoção. O movimento em questão tornou palpável aquilo que as crianças e adolescentes do Acolhimento A pontuaram: eles se sentem felizes pelo entusiasmo dos irmãos e colegas com a possibilidade de adentrarem uma nova família, mas conforme a aproximação deles com os possíveis adotantes, o processo de despedida torna-se penoso.

Assim, a ruptura dos laços fraternais foi classificada por eles como muito dolorosa e um medo que possuem sobre o futuro. Por isso, indicaram que, por vezes, preferem e optam por não aguardar a Equipe Técnica iniciar um movimento de desvinculação fraterna, separando o grupo de irmãos a fim de viabilizar a colocação em família substituta quando se aponta a incompatibilidade de inserção conjunta no seio familiar pretendido. Segundo eles, preferem quebrar a convivência por conta própria, afastando-se dos irmãos para “*doer menos*” (Sung Jin-Woo, 2025).

Sobre este eixo, percebeu-se também que o desmembramento de grupos de irmãos é um fator que impacta na forma com que os acolhidos vivenciam o espaço institucional, bem como suas perspectivas sobre o local. No Acolhimento B, por exemplo, uma das acolhidas relatou não gostar da instituição em que se encontra atualmente. O principal motivo apontado por ela seria a separação de seus irmãos. Em sua fala, afirmou: “*tenho pavor de ficar separada dos meus irmãos*”, destacando que sente muita falta deles. A participante também mencionou que sente saudades do Acolhimento anterior justamente por poder estar próxima de seus irmãos lá, indicando que essa separação contribui para sua insatisfação em relação à instituição atual. Outra situação que reforçou essa perspectiva, foi quando outra acolhida relatou que não gosta do Acolhimento em questão porque seus irmãos estão na outra Unidade e acabaram sendo separados.

No decorrer dos encontros, em todas as Unidades, as crianças e adolescentes destacaram que esse mesmo sentimento se repete e, às vezes, é mais intenso com a saída de outros acolhidos, seja para a reintegração familiar, adoção ou transferência, destacando que sentem muita falta daqueles que deixam a instituição.

Em linhas gerais, a quebra de laços entre irmãos e amigos, parece repercutir no estado emocional daqueles que permaneceram nas instituições de modo diferenciado, possivelmente em função da convivência diária.

Para mais, nas atividades em que deveriam mencionar pessoas de quem gostam, além dos irmãos e amigos, os participantes do Acolhimento B citaram familiares, como mãe, pai e tios. Também foram mencionados Educadores da instituição e até mesmo as pesquisadoras. No Acolhimento C, foram mencionadas pessoas como mãe, pai, tios, tias e primos. Um adolescente, em particular, registrou apenas alguns nomes, sem desejar detalhar quem eram as pessoas. Em relação às interações com essas figuras, um dos participantes mencionou que costuma conversar com o pai sobre questões familiares.

Nesse sentido, alguns relataram ainda que o tempo passado com as pessoas mencionadas é ao mesmo tempo bom e difícil. Isso ocorre porque as visitas acontecem apenas a cada 15 ou 20 dias, o que gera uma sensação de intervalo muito longo entre os encontros; ao mesmo tempo, quando a visita ocorre, o período de convivência é pequeno, o que faz com que, por vezes, sintam que não conseguem aproveitar esse momento.

No acolhimento C, destacaram que o tempo de visita no Acolhimento é curto, por isso não o aproveitavam. Acerca da visita com pernoite na casa de familiares, mencionaram que quando vão para casa, aproveitam para ir à praia e para dormir. Nesse sentido, em relação às figuras familiares ressaltadas na oficina, destacaram que a relação é marcada pelo carinho, escuta, conversas e parceria para jogar bola. Contudo, um acolhido mencionou que é preciso adicionar amor e carinho na forma como se gostam.

Já no Acolhimento A, percebe-se que os acolhidos fazem referências frequentes às suas mães; ocasionalmente mencionam avós ou tias, porém quase nunca o pai e outras figuras masculinas, exceto quando comentam sobre violência, abandono ou alguém com quem não deveriam ter contato. Por exemplo, ao serem questionados sobre seus temores em relação ao futuro, uma parcela significativa relatou sentir medo de que a mãe venha a falecer.

De modo semelhante, muitos dos sonhos apontados por eles estavam diretamente associados à figura materna, como nos relatos: *“meu sonho é que minha mãe possa me ver vestido com a farda de bombeiro”* (Tanjirô Kamado, 2025), *“quero dar orgulho para a minha mãe”* (Stiles Stilinski, 2025), outros ainda ligam seus sonhos a terem uma mãe. Quanto aos sentimentos positivos, afirmaram ter vontade de compartilhar seus momentos felizes com as mães; e que os negativos são conversados entre eles ou guardados para si.

No que se refere aos resultados obtidos na oficina da “Árvore da Vida” na primeira Unidade, observou-se, de modo geral, a indicação de outros acolhidos e, em

menor número, alguns Educadores como pessoas queridas. Além disso, alguns participantes mencionaram familiares. Contudo, notou-se que, ao fazê-lo, demonstravam hesitação, questionando previamente se era permitido incluí-los. Essas menções eram feitas em tom de voz baixo ou de forma reservada, revelando receio de expressar publicamente o desejo de incluir parentes, em especial, os pais.

Similarmente, uma das participantes no Acolhimento B escreveu inicialmente o nome da mãe e do padrasto, porém, logo em seguida, decidiu retirar o nome do padrasto, mantendo apenas o da mãe. Questionada sobre o motivo, optou por não explicar. Posteriormente, ainda demonstrando certa confusão em relação aos seus sentimentos, também desconsiderou o nome da mãe e afirmou que pensava na possibilidade de não receber mais visitas dela.

Também apareceram respostas que incluíam nomes de outros acolhidos. Um dos participantes justificou que colocou o nome de uma colega nessa folha porque, segundo ele, ela o agride na escola, além de gritar e incomodar outros acolhidos. Pontuações como esta, também apareceram no Acolhimento A referindo-se a acolhida que se autointitulou racista e homofóbica, pois, segundo eles, ela é desagradável e desrespeita a todos.

De forma geral, os adolescentes do Acolhimento C explicaram que a parte da árvore em que se colocavam os nomes das pessoas que gostavam, era significativa porque representava carinho, diálogo e o desejo de estarem juntos. Um deles destacou, por exemplo, que o irmão simboliza parceria, especialmente nos momentos em que jogam futebol. Por fim, um participante comentou que a árvore, como um todo, precisaria ser mais fortalecida. Em sua interpretação, o solo onde ela cresce – representado pelo Acolhimento – é um ambiente difícil, comparado a um lugar com sol muito forte e sem água.

Outrossim, um aspecto observado durante a realização da última oficina foi a diferença na relação entre a Equipe Técnica e os acolhidos nas diferentes Unidades. No Acolhimento B, a maioria dos participantes demonstrou possuir e desejar manter vínculos com os profissionais que a compõem, mencionando Educadores e outros profissionais.

No Acolhimento C, foi indicado que consideram os Educadores como parte de suas famílias. Por outro lado, no Acolhimento A, quando questionados sobre se colocariam algum profissional nas folhas como pessoas que gostam, a maioria dos adolescentes apontou não querer incluir nenhum deles além da Gerente.

Foi possível observar que em todos os Acolhimentos a maioria das crianças e adolescentes não recebia visitas familiares e, entre aqueles que sim, geralmente eram as crianças mais novas. De maneira geral, as pesquisadoras também perceberam que os vínculos comunitários dos acolhidos ainda se mostravam pouco consolidados. Muitos relataram não possuir amigos fora do ambiente institucional, expressando o desejo de frequentar outros espaços da cidade além daqueles já definidos pelo Acolhimento.

À título de exemplificação, no Acolhimento B, uma das acolhidas relatou que atualmente não possui amigos nem pessoas com quem se reunir. Durante o relato, mencionou que, antes do acolhimento, costumava sair com sua prima, especialmente para passear pelo centro da cidade, atividade que descreveu como “*bater perna*”. A adolescente destacou que apreciava esses momentos e que sente falta dessa convivência, indicando que sua prima era uma companhia significativa em sua rotina anterior e que, no contexto atual, sente ausência de vínculos semelhantes com colegas.

Em face ao exposto, legalmente é preconizado o direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Entretanto, diante de um cenário em que a capacidade protetiva se encontra fragilizada, as intervenções direcionadas ao atendimento das famílias devem priorizar ações que visem redesenhar os vínculos originais ou estimular a construção deles, além de fortalecer o núcleo familiar promovendo o acesso às políticas públicas e sociais.

Além disso, destaca-se conforme Furtado, Moraes e Canini (2016), que as instituições sociais devem atuar como mediadoras das relações estabelecidas por crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de vínculos afetivos e para o desenvolvimento de suas identidades individuais e coletivas.

Destarte, o que se esquadrinha na experiência aqui registrada é que os jovens e infantes em situação de acolhimento, tendem a sentir os momentos de ruptura com maior intensidade, algo que parece interferir em suas subjetividades de forma singularmente angustiante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso apreendido, a questão que norteou esta pesquisa, centrada na lacuna existente no processo avaliativo dos serviços de acolhimento, a partir da escuta dos acolhidos, cumpriu integralmente sua proposta investigativa e pela proposição de incorporar as contribuições qualitativas ao aprimoramento do SMA. Contudo, o aporte deste estudo não se esgota em si, haja vista que tal prática deve

constituir um processo permanente, incorporado à gestão da política pública como dimensão estruturante do monitoramento e da avaliação.

Nessa direção, a continuidade dessa iniciativa depende da capacidade da gestão pública, em especial da FMIJ, de institucionalizar práticas contínuas como parte integrante de seu trabalho e proporcionar recursos para que se efetive essa escuta qualificada, assegurando que a participação de crianças e adolescentes deixe de ocorrer como algo pontual e passe a integrar, de forma sistemática, os processos de planejamento, avaliação e qualificação desses serviços. Trata-se de reconhecer esse público não apenas como destinatários da política pública, mas como atores sociais capazes de produzir leituras sobre a realidade em que vivem.

Frente a esse panorama, considera-se que as experiências consolidadas no âmbito acadêmico constituem um importante referencial técnico-metodológico para a institucionalização dessa prática, ao disponibilizar conhecimentos e metodologias capazes de subsidiar sua incorporação às rotinas permanentes da administração pública. O intervalo de sete anos entre a primeira escuta qualificada, realizada em 2018, e sua retomada em 2025, evidencia que a ausência de mecanismos institucionais de continuidade compromete a produção sistemática de informações e, consequentemente, o aprimoramento da política.

Assim, a principal contribuição deste trabalho não reside somente na realização da escuta em si, mas na oferta de um caminho para que esse processo se consolide de forma autônoma, sob responsabilidade da própria gestão, visto que investir em iniciativas voltadas para o público infanto-juvenil é primordial para que o tecido social o reconheça “não apenas como o futuro da nação, mas também como um presente inestimável” (Pérez; Gomes; Sant’Ana, 2024).

Para mais, os resultados obtidos evidenciaram aspectos relevantes acerca dos múltiplos atravessamentos que compõem a realidade vivenciada pelos acolhidos. Entre os temas mais recorrentes nas falas dos participantes, sobressaíram-se manifestações de violência associadas a gênero, raça e religião. Tais achados apontaram para a existência de influência institucional no fortalecimento de dinâmicas de produção e reprodução da estigmatização de gênero, contribuindo para a perpetuação de rótulos, preconceitos e estereótipos fundamentados na identidade de gênero e/ou na sexualidade.

Constatou-se, ainda, um enfrentamento insuficiente das situações de racismo, sobretudo em sua vertente religiosa, o que tem favorecido a construção e o reforço de

preconceitos e julgamentos direcionados a grupos racializados, além de representar entrave à construção da subjetividade desses sujeitos.

Percebeu-se, por sua vez, um desenvolvimento limitado no processo de fomento da autonomia dos acolhidos, sendo a dimensão escolar a mais fragilizada nesse aspecto; já em relação às tarefas cotidianas, observou-se um quadro relativamente mais favorável, especialmente no que tange aos adolescentes.

No que concerne à territorialidade, percebe-se a existência de diferentes perspectivas acerca da relação dos acolhidos com a cidade, a qual é entendida por eles não apenas em sua dimensão geográfica, mas também como espaço de pertencimento, afetos, violências e violações, ou seja, como territórios vividos e marcados por múltiplas correlações de força, assim como desenvolvido por Santos (1988).

Em adição, se identificou fragilidades na manutenção dos vínculos familiares e comunitários, os quais constituem elementos essenciais para o desenvolvimento integral dos acolhidos, bem como para a efetivação de seus processos de reintegração social.

Evidencia-se, assim, que as experiências cotidianas das crianças e adolescentes acolhidos revelam um conjunto de situações, no âmbito socioeducativo e institucional, que demandam enfrentamento rotineiro, a exemplo do racismo institucional e religioso, bem como das distinções de gênero e sexualidade que reforçam perspectivas conservadoras e discriminatórias. Por outro lado, tais experiências também apontam potencialidades de transformação, na medida em que os próprios acolhidos identificam e propõem ações voltadas à superação dessas situações, proposições que precisam ser ouvidas, acolhidas e convertidas em ações concretas por parte das equipes dos serviços de acolhimento.

Por fim, é oportuno destacar que o projeto de pesquisa em questão, além da dissertação de mestrado supramencionada, deu origem a dois Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC): um da presente bolsista, que se debruçará sobre os processos de autonomia, aprofundando os resultados deste estudo; e outro da discente Pyllar Boordot Souza Sant'Ana, que analisará os achados relativos à questão de gênero, discutindo os papéis de gênero no âmbito do acolhimento. Ambos os trabalhos serão apresentados ao final do segundo semestre de 2026, constituindo-se enquanto importantes instrumentos de produção de conhecimento voltados às práticas institucionais e à gestão.

Outrossim, os dados empíricos colhidos nesta pesquisa já foram parcialmente divulgados em eventos acadêmicos, e espera-se que se desdobrem em novas



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

produções, dada a riqueza dos conteúdos obtidos. Vale destacar, ainda, que a devolutiva dos dados tanto à gestão da FMIJ quanto às unidades de acolhimentos pesquisadas não pode ser realizada dentro do prazo do projeto, mas ocorrerá ainda neste ano, como compromisso ético da pesquisa, de modo que os resultados possam ser posteriormente agregados ao SMA, com vistas ao fortalecimento de uma cultura avaliativa comprometida com a participação social e com a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.23, n.2, p. 529-542, 2018. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/MZzcQygNtk53Wfb4ZHnPSVp/?format=pdf. Acesso em: 14 jul. 2026.

ALLAIN, J. *The historiography of social reproduction and reproductive labor*. **History Compass**, v. 22, n. 11, e12795, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/hic3.12795>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, Andréa de Melo. Nem rua, nem casa - O acolhimento institucional de adolescentes e a garantia do direito de cidadania. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41493>. Acesso em: 14 abr. 2026.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: revista crítica de sociologia e política**, ano 1, n. 1, p. 126-133. jun./dez. 2013. Disponível em: 15 <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/64/113>. Acesso em: 14 jul. 2026.

BERNARDI, Dayse C. F.. **Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19: [livro eletrônico]**: apresentação dos resultados: v. 1 / Dayse Cesar Franco Bernardi – 1. ed. – São Paulo: NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice Brasil, 2020.

BORBA, A. A participação social das crianças nos grupos de brincadeira: elementos para a compreensão das culturas da infância. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 139-156, 2009

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Secretaria Nacional de Assistência, Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 26 jun. 2026.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social; Fundação Municipal da Infância e da Juventude. **Portaria n.º 1, de junho de 2018**. Institui o Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional (SMA) para Crianças e Adolescentes no Município de Campos dos

Goytacazes e a Comissão Mista para seu acompanhamento. Campos dos Goytacazes, 2018.

CARVALHO, Erika Loureiro de Carvalho; GONÇALVES, Adriana do Carmo Corrêa. Como o racismo estrutural atravessa a auto imagem das crianças negras. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), **Anais**. João Pessoa: Editora Realize, 2023.

Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD1_ID25137_TB9010_10122023224648.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

CORSARO, W. Cultura de pares de crianças e reprodução interpretativa. CORSARO, W. In: **Sociologia da Infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COUTO, Renata M.B. do; RIZZINI, Irene. **Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional**: recomendações para o aprimoramento do serviço. 1a ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2020.

FILHO, Antonio Euzébios; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Fatores de risco e de proteção: percepção de crianças e adolescentes. **Temas em Psicologia**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 125-141, 2006. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v14n2/v14n2a03.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

FRÓIS, E. S. A construção da expressão de gênero na infância: do gesto à palavra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15 (2), São João del-Rei, abril-junho de 2020. e-3048. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n2/06.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2026.

FURTADO, Antônia Gomes; MORAIS, Klênia Souza Barbosa de; CANINI, Raffaella. O direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes: construção histórica no Brasil. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 131–154, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23712>. Acesso em: 14 abr. 2026.

GALONI, L. L.; SOUZA, D. C. de; RIBAS, G.; TERESA PAULO DE SOUZA, I. PELES NEGRAS: A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA BAIXADA FLUMINENSE. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1572>. Acesso em: 20 abr. 2026.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CULTURA ESCRITA E INFÂNCIA (GEPCEI). **Metodologias de pesquisas com crianças**. [S. l.]: GEPCEI, [S. D.]. Disponível em: <https://gepcei.com/topicos/espaco-crianca/metodologias-de-pesquisas-com-criancas/>. Acesso em: 25 mai. 2026.

INTRA, Zínia Fraga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. DIFERENTES MODOS DE SER MENINA E DE SER MENINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v.18, n. 1, p. 127-147, jan./jun. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/13209/6936>. Acesso em: 20 abr.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: **ABONG NAS CONFERÊNCIAS 2005 – Criança e Adolescente**, Assistência Social, 2005, Brasília. Cadernos... Brasília: Abong, 2005. p. 68-74.

LARKINS, C. *Enacting children's citizenship: developing understandings of how children enact themselves as citizens through actions and acts of citizenship*. **Childhood**, v.21, n.1, p. 7-21, 2014.

MENDES, Juliana T. N. A pesquisa sobre criança e adolescente no Serviço Social. In: GÓIS, João Bôsko Hora; SOUZA, Sidimara Cristina (org.). **Serviço Social e Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2021.

MENDES, Juliana Thimóteo; RODRIGUES, Derli Barbosa; AZEREDO, Luana Fernandes dos Santos. Sistema de monitoramento e avaliação dos serviços de acolhimento: uma experiência desenvolvida a partir de ação extensionista. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 72–86, 2020. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/50009>. Acesso em: 10 jul. 2026.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Módulo Criança e Adolescente. **36º Censo da População Infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: MPRJ, 2025.

PEREIRA, Viviane R., *et al.*. Metodologias participativas em pesquisa com crianças: abordagens criativas e inovadoras. **Rev Gaúcha Enferm**. 2016; 37(esp):e67908. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.67908>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/czTLtbpmB6Zh9KhFpbBkPtp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2026.

PÉREZ, Beatriz C.; GOMES, Mila da R.; SANT'ANA, Pyllar B. S.. **Relatório Mais Ciência**: Projeto “Infâncias Campistas: Proteção e Participação das Crianças Pequenas” – 2024.

PEREZ, Luciana Cassarino. Entre o acolhimento institucional e a vida adulta: uma análise do processo de transição. 2018. **Tese (Doutorado em Psicologia)** Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188726/001083388.pdf>. Acesso em: 20
abr. 2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Trad.: Maria Cecília França. Editora
Ática, 1993.

RODRIGUES, Carolyn Carlos; SANT'ANA, Pyllar Boordot Souza. **Vozes que importam:**
avaliando os Serviços de Acolhimento Institucional do Município de Campos dos
Goytacazes, através da escuta participativa das(os) crianças e adolescentes
acolhidos(as). 2025. Projeto de intervenção (Estágio Supervisionado em Serviço Social)
– Universidade Federal Fluminense, Fundação Municipal da Infância e da Juventude,
Campos dos Goytacazes, 2025. Não publicado.

_____. **Dimensões de raça e religião:** contribuições e reflexões das crianças e
adolescentes na Avaliação dos Serviços de Acolhimento Institucional em Campos dos
Goytacazes-RJ. In: I Seminário Nacional Ciclos Geracionais: perspectivas
interdisciplinares para a proteção social de crianças, adolescentes, jovens e idosos -
CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2026. Disponível em:
<https://doity.com.br/anais/seminariocilosgeracionais2026/trabalho/520815>. Acesso
em: 1 jun. 2026.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e
metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SARAIVA, V. C. dos S. INTOLERÂNCIA RELIGIOSA CONTRA AS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NA BAIXADA FLUMINENSE: RESISTINDO NOS ABRIGOS DE DUQUE DE
CAXIAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.
l.], v. 11, n. 28, p. 175–195, 2019. Disponível em:
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/723>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SARMENTO, Manuel J.. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios
conceituais. **Social em questão**, v.20, 2009. Disponível
<https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v10n21a02.pdf>. Acesso em: 14 jul.
2026.

TONUCCI, Francesco. O Direito de Brincar: uma necessidade para as crianças, uma
potencialidade para a escola e a cidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16,
n. 40, p. 234–257, 2020. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 27 jul. 2026.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Avaliação dos serviços de acolhimento institucional em Campos dos Goytacazes-RJ: contribuições e reflexões das crianças e adolescentes acolhidos”, coordenada pela professora Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, da Universidade Federal Fluminense.



Nós estamos fazendo esse estudo para saber a opinião das crianças e adolescentes sobre os Serviços de Acolhimento Institucional. A pesquisa será feita na Casa de Acolhimento onde você está, por meio de oficinas lúdicas e dinâmicas.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa serão divulgados por meio de relatórios, artigos científicos e atividades com os que participaram da pesquisa, mas sem identificar quem disse as informações.

Há coisas boas que podem acontecer se você desejar participar, como as suas sugestões serem ouvidas e com isso, gerar melhorias nas Unidades de Acolhimento Institucional. Mas, caso aconteça algo de errado, se você ou os seus responsáveis estiverem com dúvidas em relação ao estudo, direitos do participante ou riscos relacionados à pesquisa, vocês podem contatar a responsável por esta pesquisa, Prof^a. Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, telefone: (22) 99834-8759.

Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas) – Campus da UFF da Praia Vermelha – Instituto de Física – 3º andar (Torre nova), telefone: (21) 2629-5119 – E-mail: cephumanasuff@gmail.com.



Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. E, se não se sentir bem durante as atividades, é só falar que lhe daremos toda a atenção e cuidado. Qualquer dúvida, você pode nos sinalizar. Você entendeu tudo o que falamos? Quer fazer alguma pergunta?

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____, aceito participar da pesquisa “Avaliação dos serviços de acolhimento institucional em Campos dos Goytacazes-RJ: contribuições e reflexões das crianças e adolescentes acolhidos”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir, sem que ninguém fique com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram todas as minhas dúvidas. Eu concordo em participar da pesquisa.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do participante

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

ANEXOS

Anexo A - Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE HUMANAS - UFF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Avaliação dos serviços de acolhimento institucional em Campos dos Goytacazes-RJ: contribuições e reflexões das crianças e adolescentes acolhidos

Pesquisador: JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 91977725.4.0000.8160

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Patrocinador Principal: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA - CAMPOS DOS GOYTACAZES

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.487.905

Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa “Avaliação dos serviços de acolhimento institucional em Campos dos Goytacazes-RJ: contribuições e reflexões das crianças e adolescentes acolhidos”.

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2598719.pdf, de 03/03/2026) e do Projeto Detalhado (Projeto_Acolhimento_2025_Modificado.pdf).

Objetivo da Pesquisa:

Analisar o Serviço de Acolhimento Institucional em Campos dos Goytacazes a partir das percepções das crianças e adolescentes acolhidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

No que se refere aos riscos, entende-se que apesar da pesquisa abordar temas mais gerais, pode haver constrangimento, e/ou desconforto emocional. Nestes casos, a equipe fará a acolhida e, se necessário, o encaminhamento para os serviços da rede pública. Destaca-se que

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

Página 01 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE HUMANAS - UFF



Continuação do Parecer: 8.487.905

a equipe é composta por estudantes de graduação e pós-graduação do curso de Serviço Social e de graduação em Psicologia com formação para acolher as possíveis demandas, com a supervisão da pesquisadora responsável.

Benefícios:

Sobre os benefícios, estão a possibilidade de melhoria do Serviço de Acolhimento Institucional a partir das demandas expressas pelos acolhidos e da melhoria das relações interpessoais, favorecimento do bem-estar das crianças e adolescentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente número 8.246.883 emitido pelo CEP em 27 de fevereiro de 2026.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo [Conclusões ou Pendências](#) e [Lista de Inadequações](#).

Recomendações:

Vide campo [Conclusões ou Pendências](#) e [Lista de Inadequações](#).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto foi considerado pendente no parecer número 8.246.883 emitido pelo CEP em 27 de fevereiro de 2026 nos seguintes pontos:

CÓPIA DAS PENDÊNCIAS DO ÚLTIMO PARECER PENDENTE AJUSTANDO A FORMATAÇÃO

1. O (A) pesquisador(a) apresenta o documento PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2598719.pdf e PROJETO_ACOLHIMENTO_2025.pdf com Cronograma, especialmente no que tange a coleta de dados em campo, que torna a análise pelo CEP impossibilitada.

2. O (A) pesquisador(a) apresentou o documento TALE.pdf sem a inclusão do documento TCLE.

O TALE e o TCLE são instrumentos distintos e fundamentais de anuência para a participação na pesquisa.

A Resolução CNS466/2012, item II-23 e 24 dos Termos e Definições, esclarece: II.2 [L](#)

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Página 02 de 05

UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE HUMANAS - UFF



Continuação do Parecer: 8.487.905

assentimento livre e esclarecido, II.24 $\hookrightarrow$ Termo de Assentimento Livre e Esclarecido $\hookrightarrow$ TALE $\hookrightarrow$ documento elaborado em linguagem acessível para os menores ou para os legalmente incapazes, por meio do qual, após os participantes da pesquisa serem devidamente esclarecidos, explicitarão sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais;

Portanto, o Termo de Assentimento deverá ser um novo documento e deve ser confeccionado separadamente do TCLE, de modo a apresentar o Estudo para os menores de idade, com informações em linguagem acessível e de acordo com as faixas etárias destas crianças/adolescentes. Os pais/responsáveis assinarão o TCLE sempre que possível, dado o contexto da pesquisa onde pode não haver a disponibilidade parental ou de agentes em função correlata, e os menores de idade assinarão o Termo de Assentimento (TALE), garantindo que também estão cientes que participarão de um estudo e que receberam todas as informações necessárias, de acordo com a compreensão da faixa etária.

Resposta às pendências:

1.

O cronograma revisado foi incluído no documento referente ao projeto, que foi novamente submetido. Bem como foi anexado em arquivo separado.

Também foi incluído no projeto, na linha final da metodologia, a expressão: $\hookrightarrow$ Ressalta-se que a coleta de dados junto às crianças acolhidas terá início após aprovação do CEP $\hookrightarrow$, reforçando o compromisso de não iniciar a pesquisa sem a aprovação do CEP.

Análise: pendência atendida

2. O TCLE para os responsáveis pelas crianças acolhidas foi anexado à Plataforma Brasil.

Análise: pendência atendida

Protocolo aprovado

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Página 03 de 06

UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE HUMANAS - UFF



Continuação do Parecer: 8.487.905

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa ζ CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS N° 510/2016, na Resolução CNS N° 466/2012, e na Norma Operacional CNS N° 001/2013, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2598719.pdf	03/03/2026 12:07:44		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	03/03/2026 12:06:30	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Acolhimento_2025_Modificado.pdf	03/03/2026 12:05:50	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Cronograma	Cronograma_modificado.pdf	03/03/2026 12:02:54	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis.pdf	03/03/2026 12:00:51	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	22/07/2025 17:42:52	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CAROLINY_DECLARACAO_DE_CIENTIA.pdf	22/07/2025 08:26:51	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	NICOLI_DECLARACAO_DE_CIENTIA.pdf	22/07/2025 08:26:35	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PYLLAR_DECLARACAO_DE_CIENTIA.pdf	22/07/2025 08:26:20	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	SHAKIRA_DECLARACAO_DE_CIENTIA.pdf	22/07/2025 08:26:08	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	THAIS_DECLARACAO_DE_CIENTIA.pdf	22/07/2025 08:25:56	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	YASMIN_DECLARACAO_DE_CIENTIA.pdf	22/07/2025 08:25:41	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito

Endereço: Rua Pessô da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA **CEP:** 24.210-346
UF: RJ **Município:** NITERÓI
Telefone: (21)2629-5119 **E-mail:** eticahumanas.comite@id.uff.br

Página 04 de 05

UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE HUMANAS - UFF



Continuação do Parecer: 8.487.905

Cronograma	cronograma.pdf	22/07/2025 08:22:02	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_ACOLHIMENTO_2025.pdf	15/07/2025 20:16:14	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito
Declaração de concordância	Carta_de_Anuencia.pdf	15/07/2025 20:11:06	JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

NITEROI, 07 de Junho de 2026

Assinado por:
Lenin Santos Pires
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Passo da Pátria, nº 156, Instituto de Física (Torre Nova), 3º andar - Campus da Praia Vermelha
Bairro: GRAGOATA CEP: 24.210-346
UF: RJ Município: NITEROI
Telefone: (21)2629-5119 E-mail: eticahumanas.comite@id.uff.br

Página 05 de 06